



RELATÓRIO DE GESTÃO

2020

SENADO
FEDERAL





SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DE
GESTÃO

2020

BRASÍLIA

SENADO FEDERAL

Comissão Diretora

Senador Davi Alcolumbre
PRESIDENTE

Senador Antonio Anastasia
PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Lasier Costa Martins
SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador Sérgio Petecão
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Eduardo Gomes
SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Flávio Bolsonaro
TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Luis Carlos Heinze
QUARTO-SECRETÁRIO

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Senador Marcos do Val

Senador Weverton

Senador Jaques Wagner

Senadora Leila Barros

Luiz Fernando Bandeira de Mello
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Ilana Trombka
DIRETORA-GERAL

DECLARAÇÃO DA DIRETORA-GERAL, ILANA TROMBKA



No início do ano passado, ao assinar carta que acompanhou o relatório administrativo de 2019 do Senado Federal, falei da superação desta Casa em tempos desafiadores. Referia-me aos resultados da gestão no período e do esforço coletivo entre setores que assegurou o funcionamento dos gabinetes desde o dia da posse desta legislatura.

Não imaginávamos, ali, os desafios que encararíamos logo em seguida, a partir de março de 2020, e que, sim, permeiam as páginas desse relatório anual. Felizmente, revelando de novo o bem-sucedido trabalho de um Senado que está sempre atento aos anseios da sociedade e pronto para atender aos objetivos para os quais existe em nossa República.

A começar pela criação, em tempo recorde, de um sistema seguro que vem garantindo debates e deliberações remotas desde o dia 20 de março, nove dias depois da declaração de pandemia do novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O pioneiro Sistema de Deliberação Remota (SDR) do Senado brasileiro foi elogiado mundialmente e serviu de modelo para outros parlamentos.

Como se verá nas páginas deste Relatório, a administração da Casa manteve suas metas, adequou-se a novas formas de trabalho e, sobretudo, garantiu o funcionamento legislativo com os cuidados que exige uma crise sanitária sem precedentes em nosso país. Mais do que isso, avançou em áreas como a sustentabilidade, com a ampliação da Rede Legislativo Sustentável; a equidade, com a promoção de debates sobre prevenção da violência doméstica e iniciativas de combate ao racismo; e o atendimento à saúde, com a ampliação de uma rede própria de assistência médica aos usuários.

Em meio aos números aqui mostrados também é possível vislumbrar causas e consequências da sensível melhora na percepção coletiva de nossos colaboradores acerca do ambiente funcional. Falo da mais recente edição da Pesquisa de Clima Organizacional, realizada no segundo semestre de 2020. Ela revela, por exemplo, um olhar positivo dos colaboradores sobre áreas como saúde, com nota 8,8, gestão de pessoas (8,7) e comunicação interna (8,5). E indica que 89% dos respondentes estão satisfeitos com a instituição, um aumento de 10 pontos percentuais em relação a 2018. Sem dúvida, um bom ambiente

de trabalho contribui com a produtividade, e forma um ciclo virtuoso espelhado nos índices listados nesse relatório.

Num ano em que a criatividade deu a tônica do trabalho das corporações, o Senado colheu satisfação não apenas de seu corpo funcional, mas também de outras casas legislativas, que contaram com o auxílio de nosso programa de integração, o Interlegis, para sua capacitação e incremento tecnológico. O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo Remoto (SAPL-R), desenvolvido no Senado, permitiu a assembleias legislativas e câmaras municipais manterem suas sessões deliberativas em meio ao distanciamento social. Além disso, centenas de assessores e parlamentares foram treinados pelo programa do Senado para lidar e extrair os melhores resultados da ferramenta cedida.

Nunca é demais lembrar que cada um dos avanços aqui mencionados assenta-se em valores que vêm de nossa Carta de Compromissos, lançada em 2015. De fato, ali inscrevemos princípios dos quais não nos arredamos, e que, em tempos como esses em que vivemos, mostram-se vitais no trato da coisa pública, como a transparência, a responsabilidade na aplicação dos recursos, a excelência na prestação de serviços, a sustentabilidade, entre outros.

Assim caminhamos. Com os pés em nossa Carta de Compromissos, o olhar no atendimento ao que nos exige a sociedade – especialmente nesse grave período, e com a mente confiante na superação da crise pela qual passam o Brasil e o mundo.

Boa leitura a todas e todos.

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

SUMÁRIO

1	CONTEXTO ORGANIZACIONAL	9	3	ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	32
	VISÃO GERAL DO SENADO FEDERAL	08		GESTÃO DE PESSOAS	33
	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	12		GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	43
	GOVERNANÇA CORPORATIVA	16		SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	54
	POLÍTICAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO	21		RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	64
				GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	73
				DECLARAÇÃO DO DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÃO	76
				GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	77
				GESTÃO DE CUSTOS	81
				GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	82
2	RESULTADOS DA GESTÃO	25	4	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	85
	GESTÃO CORPORATIVA	26		DECLARAÇÃO DO CONTADOR	86
	GESTÃO DE RISCOS	29		DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	88
	PRODUTOS LEGISLATIVOS	31			



CONTEXTO ORGANIZACIONAL



VISÃO GERAL DO SENADO FEDERAL

O Senado Federal é um dos órgãos que compõem o Poder Legislativo. Suas funções principais são a legislativa e a fiscalizadora. Estas funções estão formalizadas na Constituição Federal de 1988 e são os elementos essenciais da missão do órgão. A missão (propósito da organização) e a visão (estado futuro que a instituição pretende alcançar), elementos estratégicos norteadores da estratégia da instituição, foram determinadas no Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015. Estes são elementos estratégicos importantes para o direcionamento do órgão e, juntamente com os objetivos, diretrizes e valores, apresentados mais à frente neste relatório, têm sido utilizados para determinar e priorizar as ações de gestão da Casa.

A cadeia de valor constitui base fundamental para a análise e o diagnóstico da estrutura formal de uma instituição. Sua importância assenta-se no diagnóstico do grau de congruência entre os processos existentes e seu arcabouço de suporte, permitindo maior alinhamento entre ambos e, conseqüentemente, maior efetividade dos objetivos estratégicos pretendidos.

No que tange à cadeia de valor do Senado Federal, foram identificados dois grandes blocos de processos:

1) Atividade Parlamentar; e

2) Estratégia, Gestão e Suporte Organizacional. Os processos de atividade parlamentar são aqueles que impactam diretamente os beneficiários externos: no caso do Senado Federal, a sociedade e os Estados federados. Os processos de estratégia, gestão e suporte organizacional são aqueles que apoiam os processos de atividade parlamentar, coordenando, controlando e direcionando recursos financeiros, humanos, materiais, tecnológicos, entre outros.

CADEIA DE VALOR

MISSÃO

Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos Estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.

ATIVIDADE PARLAMENTAR

- Processo Legislativo
- Fiscalização e Controle das Políticas Públicas
- Investigação e Inquérito Parlamentar

VISÃO

Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais, com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão pública.

Estratégia, Gestão e Suporte Organizacional

- Desenvolvimento Organizacional
- Relações e Comunicação Institucional
- Gestão de Pessoas
- Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil
- Segurança Institucional
- Gestão de Tecnologia da Informação
- Gestão da Informação
- Consultoria Legislativa
- Assessoria Jurídica
- Educação Corporativa
- Auditoria Interna
- Secretariado do Processo Legislativo
- Administração e Logística

Desenvolvimento Organizacional

Abrange os processos relacionados a governança e estratégia

Administração e Logística

Envolve os processos relacionados a contratação, gestão patrimonial, gestão de infraestrutura e gráfica

Relações e Comunicação Institucional

Contempla os processos relacionados a transparência e comunicação

Consultoria Legislativa

Compreende os processos de consultoria técnica legislativa e orçamentária

ESTRUTURA DO SENADO FEDERAL

A estrutura organizacional do Senado Federal é dinâmica e tem sido alterada de maneira contínua para se adaptar às mudanças do ambiente, para facilitar a implantação da estratégia e para atender às necessidades dos clientes e usuários do órgão. Entende-se que a estrutura não deve ser tida como uma restrição, algo que limita a atuação do órgão, mas como um instrumento que torna a entrega de resultados mais eficiente, efetiva e eficaz.

A estrutura atual do Senado Federal é representada no organograma seguinte. Nele são apresentadas as unidades legislativas e administrativas que compõem o órgão:

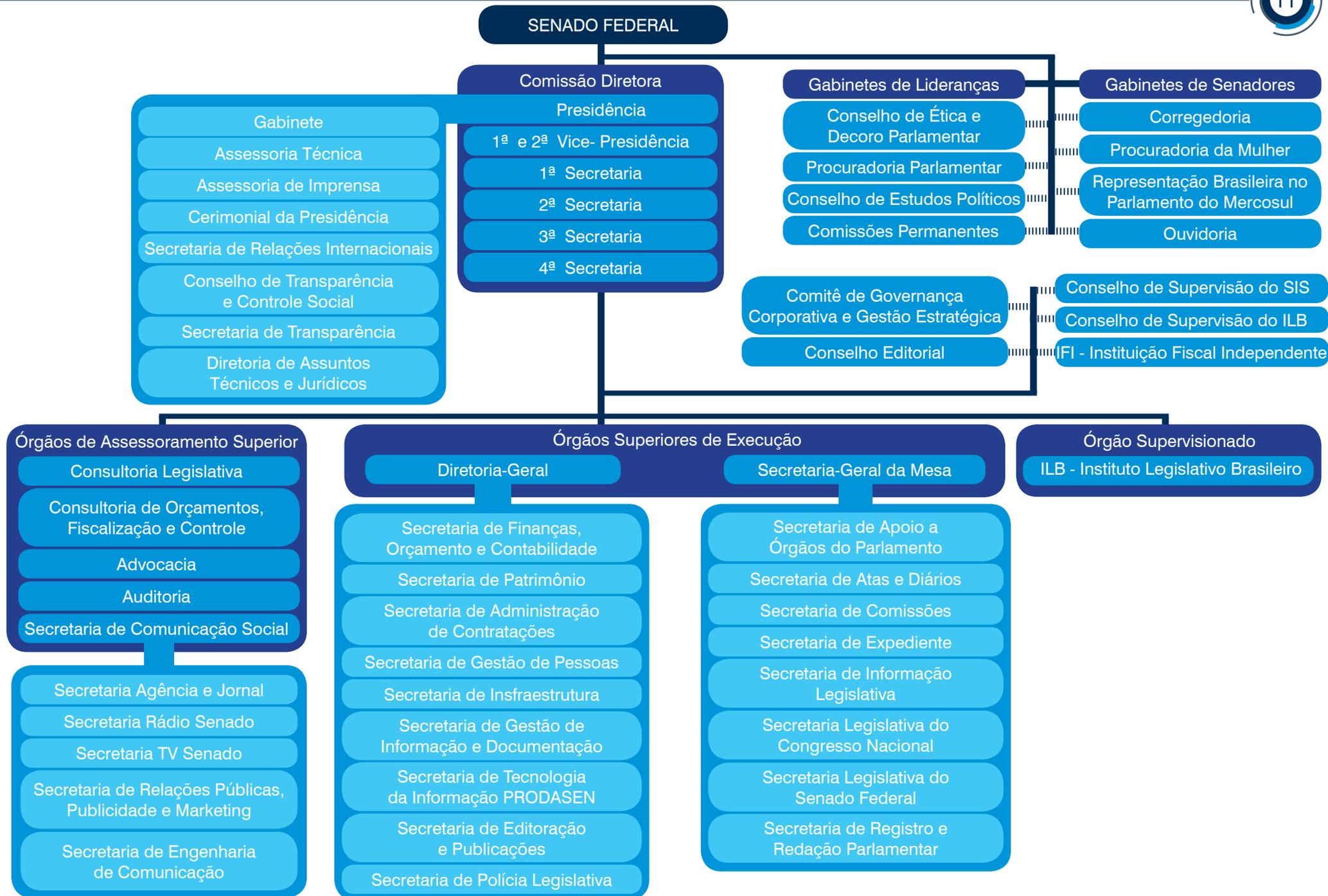


Figura adaptada. Organograma criado em 2015. (EGOV - 2018)

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Desde 2015, o Senado Federal conta com um conjunto de elementos estratégicos, que devem nortear as ações da gestão da Casa até 2023. Neles, encontram-se a missão, visão, valores e objetivos estratégicos da instituição (Ato da Comissão Diretora nº 5, de 2015). Esses elementos ajudam a definir uma perspectiva de longo prazo para a gestão da Casa, deixando claro para todos os colaboradores e para a sociedade em que patamar o Senado pretende estar daqui a alguns anos e o caminho que vai percorrer para chegar lá.

Para também prover uma visão de médio e curto prazo para estratégia, além dos elementos citados, existem também os resultados-chave (KR).

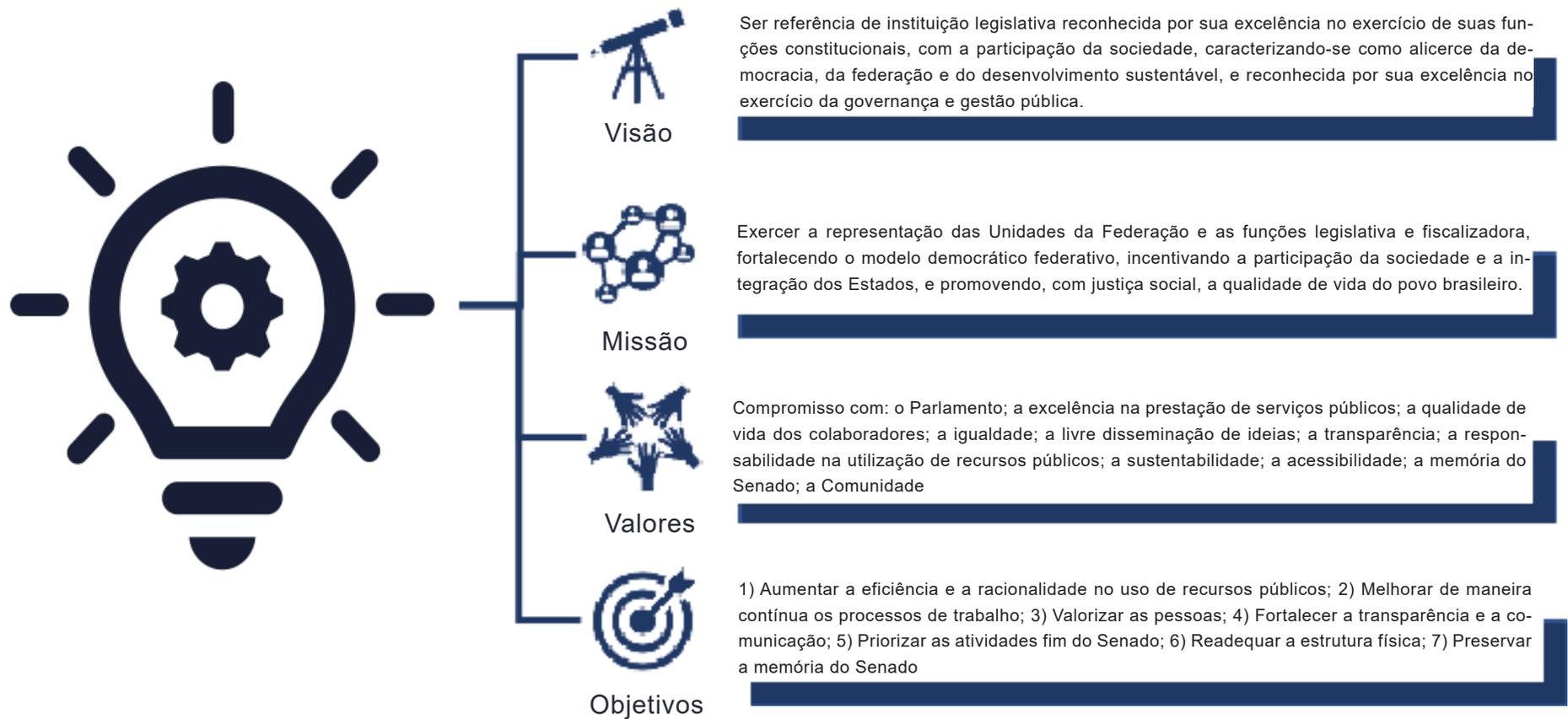
Estes fornecem parâmetros para sabermos se os objetivos traçados estão sendo alcançados. E aliado a cada resultado-chave existem um indicador.

Assim, a estrutura de elementos da estratégia fica organizada da seguinte maneira:



Elementos estratégicos da administração do Senado Federal		
Elementos	Missão, visão, valores e objetivos	Resultados-chave
Ato de publicação	Ato da Comissão Diretora nº 5 de 2015	Ato Conjunto da Secretaria-Geral da Mesa e da Diretoria-Geral nº 1 de 2020
Vigência	2023	2021

ELEMENTOS ESTRATÉGICOS: MISSÃO, VISÃO, VALORES E OBJETIVOS



RESULTADOS-CHAVE DO SENADO FEDERAL

Os resultados-chave foram estabelecidos por meio do ato conjunto SGM e DGER nº 1 de 2020 e se relacionam diretamente aos objetivos apresentados anteriormente:

Diante da variabilidade de cenário, cada vez maior nos últimos anos, buscou-se utilizar uma sistemática de planejamento que fosse mais simples, objetiva e flexível, a chamada OKR (Objectives and Key Results). Esta sistemática já é utilizada por grandes empresas do setor privado há alguns anos e mais recentemente começou a ser adotada por diversos órgãos e empresas públicas.

É importante destacar que os elementos estratégicos têm como intuito aumentar o foco em determinados pontos de oportunidade e melhoria identificados. Com isso, é natural que em cada ciclo da estratégia, como este que vai até o início de 2021, exista um número maior de OKRs relacionados a temas específicos.

O acompanhamento dos OKRs se dá de maneira mensal com a publicação dos resultados alcançados no mês anterior. No link abaixo estão os resultados obtidos até dezembro de 2020:

https://www12.senado.leg.br/transparencia/prestacao-de-contas/paginas/arquivos-gestao-estrategica/relatorio-okrs-sf_dez2020_20210129

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O sistema de governança reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para definir diretrizes e orientações à gestão da Casa. Envolve, portanto, as estruturas administrativas, os processos de trabalho, os instrumentos, o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

O sistema de governança do Senado Federal, no sentido amplo, decorre da própria Constituição, a qual preceitua que todo poder emana do povo (sociedade) e seu exercício dar-se-á, indiretamente, por meio dos seus representantes eleitos. Adicionalmente, a Constituição estabelece a missão e atribuições do Senado Federal, além das competências da Mesa e do Presidente, e atribui ao Plenário da Casa a competência privativa para, por meio de Resolução, promover mudanças do Regimento Interno bem como mudanças em sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração.

Realizando este mandato constitucional, o Regimento Interno institui e atribui à Comissão Diretora, composta pelos titulares da Mesa, o papel de Órgão Máximo de Governança Administrativa. Desta forma, nota-se que os princípios e pressupostos democráticos e representativos expressos na Carta se desdobram e permeiam, partindo da sociedade através de seus representantes, o sistema de governança corporativa do Senado Federal. Afinal, enquanto a Comissão Diretora exerce o papel de órgão máximo de governança administrativa da Casa, cabe ao Plenário eleger seus membros ou ainda, por iniciativa de qualquer Senador ou colegiado regimental, dispor sobre o seu funcionamento e atribuições.

Adicionalmente, o Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pelo Plenário por meio de Resolução estabelece as competências administrativas dos demais órgãos constituintes dos sistemas de governança e gestão corporativa, especialmente a Presidência e a Primeira-Secretaria. Esses atuam como Órgãos Executivos de Governança, cujas competências abrangem, no contexto corporativo: designação da gestão executiva e das instâncias de apoio à governança e gestão; avaliação de desempenho; supervisão dos atos e contratos administrativos; direcionamento, acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e da estratégia; e aprovação e encaminhamento de planos e políticas corporativas para deliberação da Comissão Diretora.

O sistema de governança corporativa do Senado Federal vai além de sua origem e estrutura constitucional e representativa ao incorporar, através de um processo de modernização e de orientação para as partes interessadas difusas, boas práticas e referências em governança pública nos aspectos de transparência, prestação de contas e responsabilização. Nesse sentido, destacam-se a Ouvidoria, o Conselho de Transparência e Controle Social e o Serviço de Informação ao Cidadão. Cabe observar que alguns órgãos do Parlamento, como o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a Corregedoria Parlamentar, também integram o sistema de governança corporativa, exatamente por essa sua estrutura política e representativa.

SISTEMAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO CORPORATIVAS DO SENADO FEDERAL

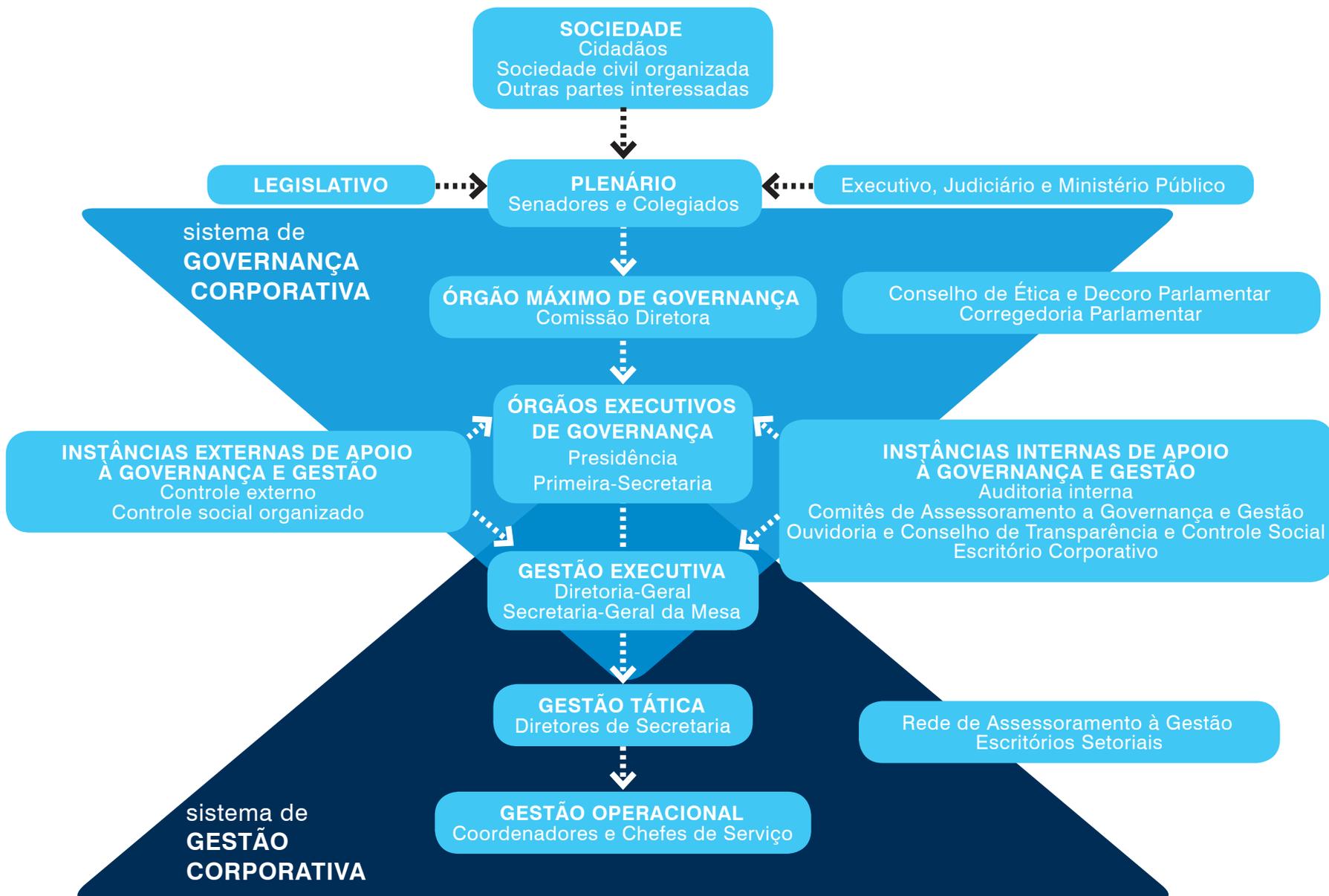


Figura adaptada – Sistema de Governança em órgãos e entidades da Administração Pública. Referencial Básico de Governança - TCU, 2014. (EGOV - 2018)

GOVERNANÇA DE TI NO SENADO FEDERAL

Em maio de 2015, o Senado Federal (SF) aprovou um projeto estratégico com o objetivo de instituir a Política de Governança de Tecnologia da Informação (PGTI), publicada em outubro de 2016, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2016, constante do Anexo I deste documento.

Essa Política definiu os papéis e as responsabilidades relativas à Governança e à Gestão de TI no SF, conforme apresentada na Figura 5.

O Comitê de Governança de TI (CGTI) é responsável por definir as estratégias, as estruturas e as responsabilidades relativas à Tecnologia da Informação no âmbito do SF. A partir destas definições, cabe à Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) e aos demais provedores de serviços de TI, destacando-se a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), atuarem na gestão de TI, provendo serviços nos termos acordados junto aos gestores de negócio das diversas áreas demandantes. Aos gestores de negócio, que também têm suas competências formalizadas na PGTI/SF, cabe fazer a gestão dos seus respectivos sistemas.

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP) e o ILB têm a responsabilidade de prover as capacitações necessárias nas áreas de Governança e de Gestão de TI.

Ao Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica (EGOV), órgão subordinado à Diretoria-Geral do SF, compete a assessoria e o secretariado ao CGTI.

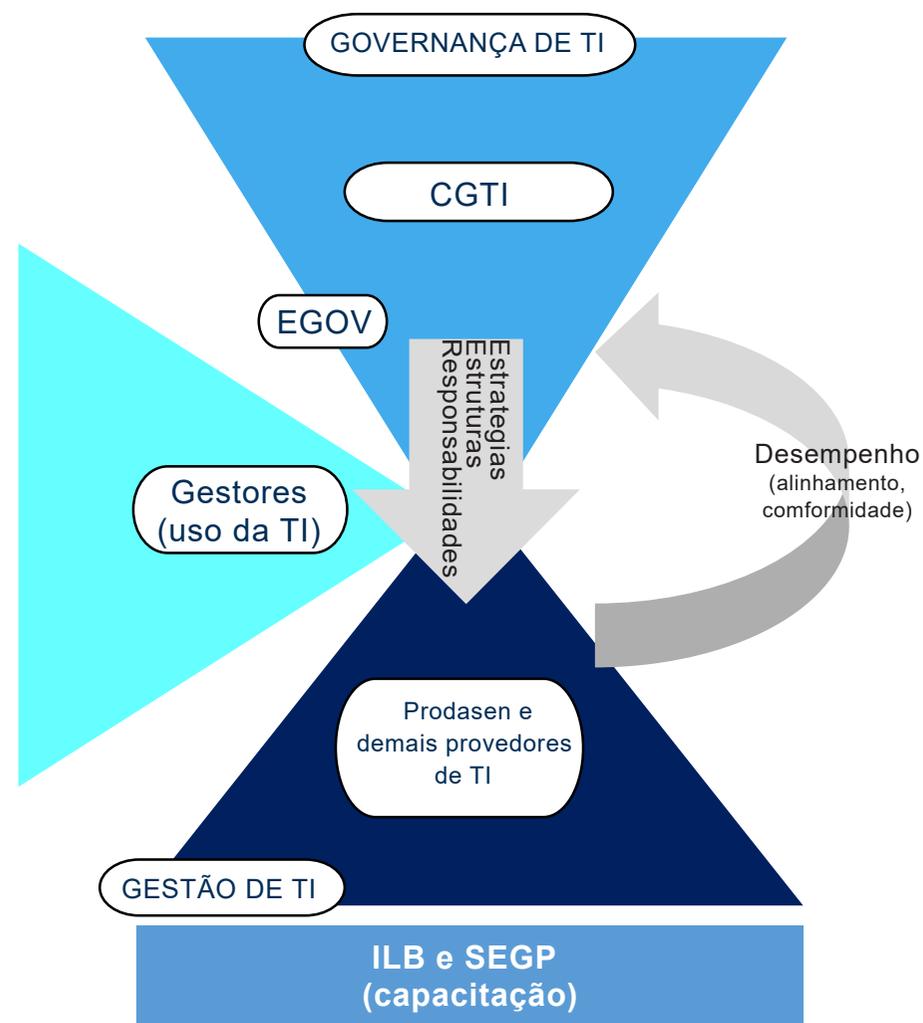


Figura 5 – Sistema de Governança de TI do Senado Federal.

Desta forma, com a publicação da Política de Governança de TI, que resultou na implantação do Sistema de Governança de TI, o índice de maturidade em Governança de TI (iGovTI) do Senado Federal, definido e avaliado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), saltou de 0,17 para 0,65 em sua última medição, no ano de 2018, conforme figura 6.

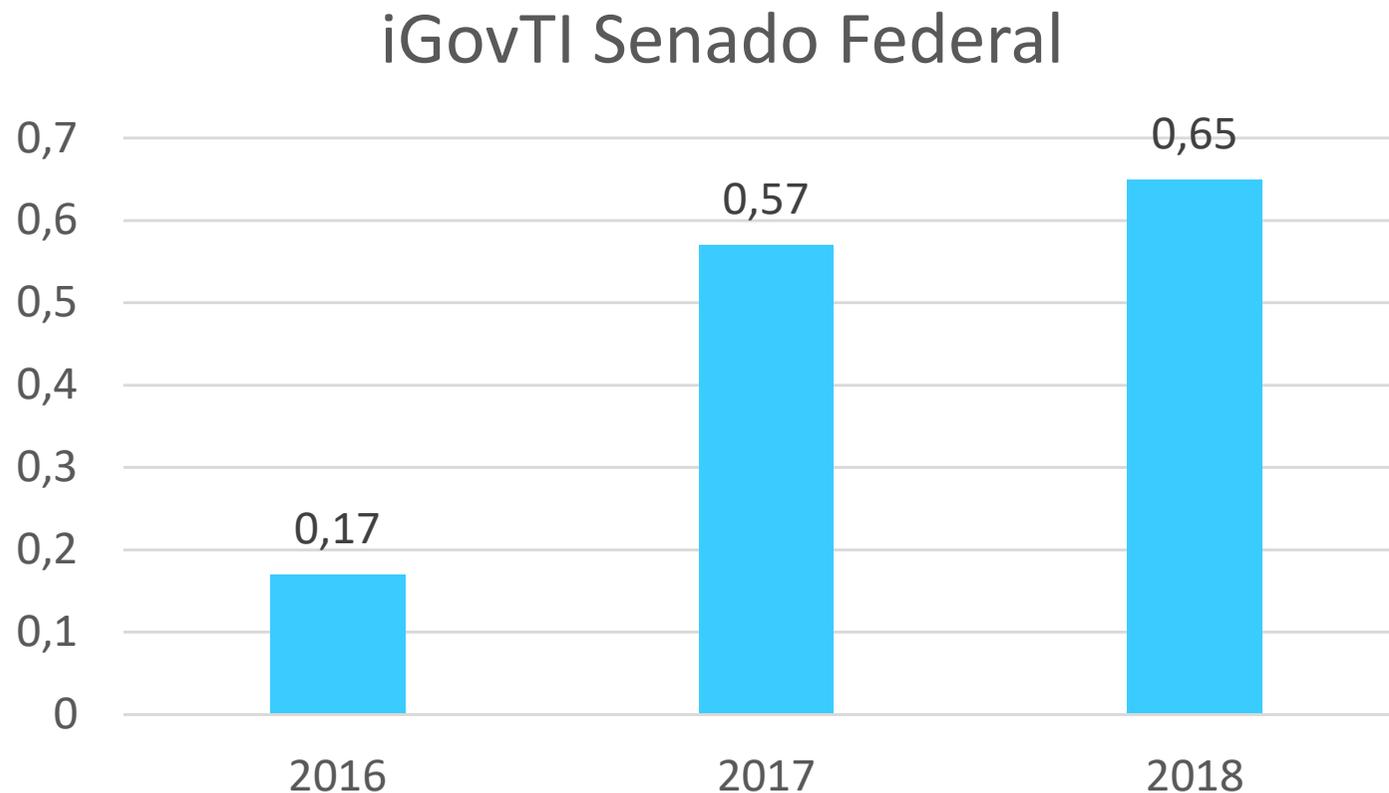


Figura 6 – Evolução da Maturidade em Governança de TI do Senado Federal.

GOVERNANÇA DE CONTRATAÇÕES

Com a publicação da Política de Contratações do Senado Federal (ATC nº 12/2014 – Anexo V do RASF), a Governança de Contratações no Senado Federal foi formalmente institucionalizada, por meio do estabelecimento de:

- Diretrizes da Política de Contratações;
- Comitê de Contratações; e
- Competências dos atores envolvidos no processo de contratações.

Desta forma, o Senado Federal, segundo o ciclo clássico de Governança

- Avalia as necessidades das áreas e as prioridades institucionais relacionadas às aquisições;
- Direciona as contratações do órgão por meio do Plano de Contratações;
- Monitora o desempenho das contratações, evitando que riscos e problemas ocorridos durante as contratações prejudiquem o atingimento dos objetivos organizacionais.

Dentre os benefícios gerados pelo estabelecimento do Sistema de Governança de Contratações, ressaltam-se:

- Priorização das contratações com foco institucional e não mais apenas segundo visões setoriais e não integradas;
- Definição clara de papéis, estabelecendo claramente as responsabilidades de cada ator envolvido no processo, destacando-se os papéis do Comitê de Contratações, dos órgãos técnicos e dos órgãos demandantes;
- Monitoramento contínuo das contratações, permitindo que o grau de execução do orçamento pudesse ser otimizado;
- Eliminação do problema relacionado à falta de integração entre o planejamento e a execução das contratações.

O estabelecimento do Sistema de Governança de Contratações no Senado Federal permitiu ao órgão ser considerado referência na área pelo Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido convidado a apresentar o seu case no evento “Diálogos Públicos”, destinado a trocar informações e conhecimentos com a sociedade, o Congresso Nacional e os gestores públicos.

Além disso, com a implantação do Sistema de Governança de Contratações, o Senado Federal passou a integrar os 5% dos órgãos mais maduros em Governança de Contratações, segundo análise realizada pelo TCU em 2017, que avaliou 482 órgãos da Administração Pública.

POLÍTICAS CORPORATIVAS

As políticas objetivam aprimorar e fortalecer os mecanismos de governança, orientando a atuação dos seus gestores e colaboradores. Adicionalmente, contribuem para aumentar a transparência sobre as práticas adotadas internamente na Casa. Elas definem ações, atribuem responsabilidades, orientam condutas, estabelecem o direcionamento estratégico e determinações para as atividades corporativas. As políticas corporativas podem ser acessadas pelo link <https://www12.senado.leg.br/transparencia/gestgov/politicas-administrativas>

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD

Antecipando-se à entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018), a Diretoria-Geral instituiu em junho de 2020, pela Portaria DGER nº 1284/2020 um Grupo de Trabalho (GT) para propor sistemática geral de implementação no Senado Federal das determinações contidas nesta Lei. Uma das ações do GT foi realizar consultas à Advocacia para esclarecimento sobre a aplicação da Lei a serviços e ao acervo de dados pessoais coletados anteriormente a sua vigência e mantidos em diversas bases de dados. Outra ação muito importante foi a realização de um diagnóstico do tratamento conferido aos dados pessoais na Casa. Essa análise permitiu a proposição de ações voltadas a ajustes com intuito de minimizar o impacto da entrada em vigor da LGPD. A Ouvidoria foi definida como a porta de entrada das demandas dos titulares de dados pessoais, criando-se um fluxo de tramitação específico para essas demandas.

Dentre as medidas para internalizar a institucionalização da Lei, foi publicada a Política Institucional de Proteção de Dados Pessoais (APR nº 10/2020). Para dar efetividade a essa política, criou-se a Coordenação de Informação (COINF), dentro da Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDOC). A COINF foi designada como Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e atuou na redefinição das funções da Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos do Senado Federal, que passou a funcionar também como órgão consultivo em relação aos procedimentos de tratamento de dados pessoais (APR nº 11/2020).

Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal (17/04/2018)
ATC nº 2/2018 - ANEXO IV

Institui no Senado Federal estrutura normativa com a finalidade de integrar os princípios e regras regentes das ações de aperfeiçoamento profissional do corpo funcional da Casa, tendo como objetivo principal o aprimoramento de conhecimentos individuais em favor do cumprimento das missões institucionais.

Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal

Compete ao ILB elaborar o PLANO DE CAPACITAÇÃO ANUAL DOS SERVIDORES DO SENADO FEDERAL – PCASF, que consiste em um instrumento básico de previsão de execução das ações educacionais de interesse da Casa.

Política de Contratações (17/04/2018)
ATC nº 2/2018 - ANEXO V

Institui no Senado Federal estrutura normativa objetivando a estruturação sistêmica, instrumentalização, papéis e responsabilidades com foco na racionalização administrativa, promovendo assim a economia de recursos públicos e maior eficiência administrativa.

Plano de Contratações

O Plano de Contratações é o documento que compila todo o planejamento de contratações de obra, aquisição de bens ou prestação de serviços, seja mediante procedimento licitatório ou por meio de contratação direta.

Política Corporativa de Segurança da Informação (16/06/2017)
ATC nº 9/2017

Institui no Senado Federal estrutura normativa cujo objetivo é estabelecer princípios, diretrizes estratégicas, responsabilidades, competências e subsídios para a implantação do sistema de gestão de segurança da informação, a fim de viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a autenticidade e a confidencialidade das informações recebidas, produzidas, processadas, armazenadas e transmitidas pela Casa.

Política de Governança de Tecnologia da Informação (21/10/2016)

ATC nº 8/2016

Institui no Senado Federal estrutura normativa que compreende objetivos, princípios, diretrizes, estruturas e competências, tendo por finalidade assegurar o alinhamento das práticas de governança, gestão e de uso da TI com as estratégias de negócio.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI/SF

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI/SF é elaborado pelo Comitê de Governança de TI – CGTI com duração de dois anos e contém o seguinte escopo: declaração das diretrizes de TI; definição das ações estruturantes relacionadas às diretrizes de TI; definição dos projetos voltados ao tratamento dos principais riscos de TI identificados; definição dos projetos voltados ao atendimento das áreas de negócio do SF; e definição dos indicadores para avaliação do desempenho da TI.

Política de Gestão de Riscos Organizacionais (26/06/2013)

ATC nº 16/2013

Institui no Senado Federal estrutura normativa constituindo o conjunto de práticas para prevenir e tratar impactos negativos e potencializar impactos positivos ao ambiente organizacional, decorrentes de eventos ou ações internas ou externas.

Política de Acessibilidade (26/06/2013)

ATC nº 15/2013

Institui no Senado Federal estrutura normativa objetivando a estruturação sistêmica, instrumentalização, papéis e responsabilidades no desenvolvimento de ações destinadas particularmente a garantir os direitos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito do Senado Federal.

Plano de Acessibilidade

O Plano de Acessibilidade é o atual instrumento de gestão adotado pela Casa na implementação de ações relacionadas à promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Política de Responsabilidade Socioambiental (21/03/2013)
ATC nº 4/2013

Institui no Senado Federal estrutura normativa objetivando a estruturação sistêmica, instrumentalização, papéis e responsabilidades no desenvolvimento de ações econômica, social e ambientalmente sustentáveis.

Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS

O Senado, por meio do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais – NCAS, elabora para cada biênio o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS do Senado Federal, uma ferramenta de planejamento que estabelece práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos e se caracteriza por ser uma agenda estruturante para uma atuação socioambientalmente correta.

Plano de Equidade de Gênero e Raça

O Plano de Equidade de Gênero e Raça é um instrumento de gestão que permite à direção quantificar, acompanhar, orientar e avaliar as ações implementadas durante o período entre 2019 e 2021.



RESULTADOS DA GESTÃO

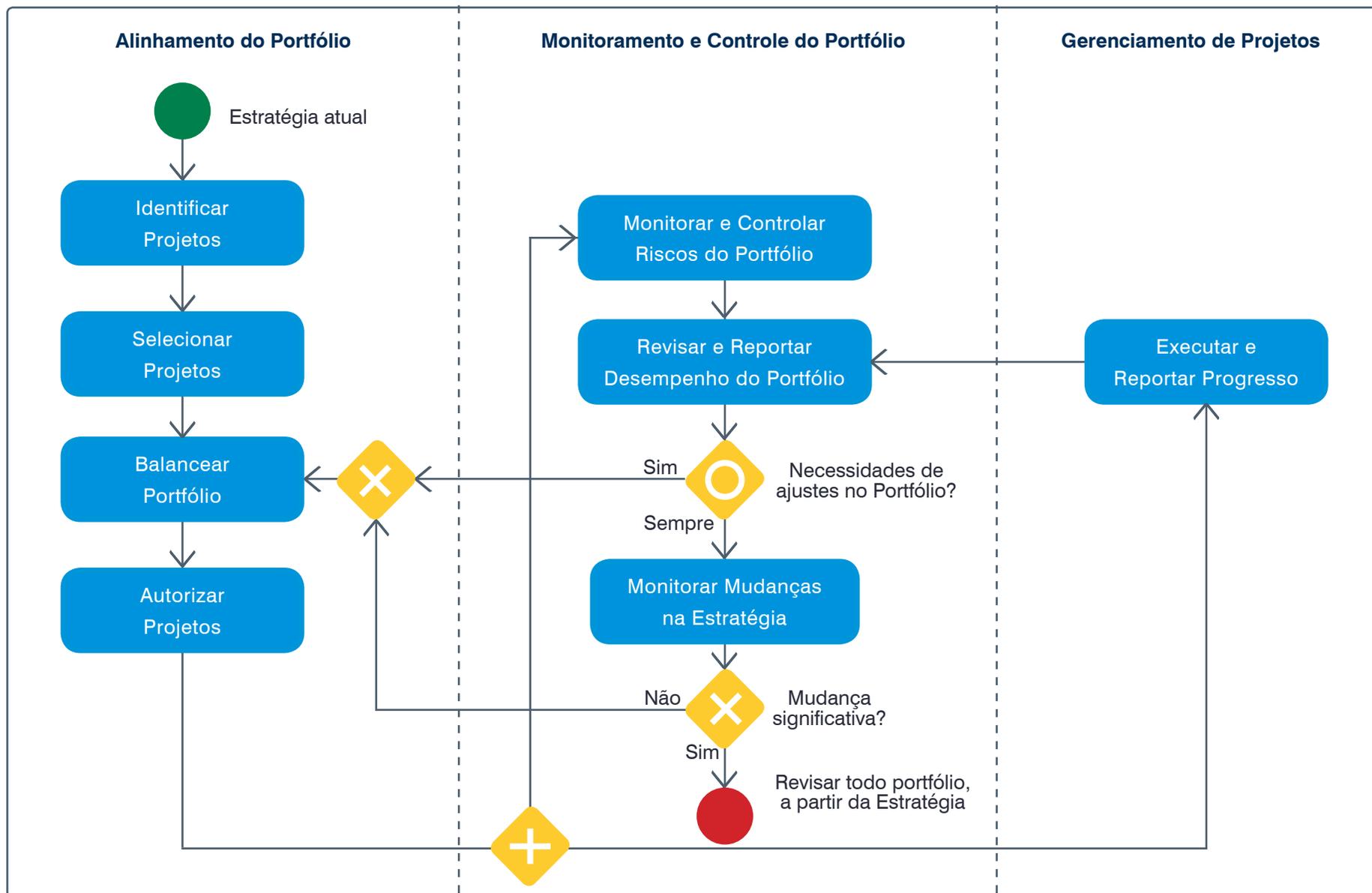
GESTÃO CORPORATIVA

O sistema de gestão do Senado Federal é originalmente baseado em uma estrutura clássica, contemplando hierarquia linear e piramidal, que lhe confere unidade de comando e linhas formais de comunicação e deliberação. Assim, nota-se que as estruturas de gestão executiva, tática e operacional são bem demarcadas e definidas.

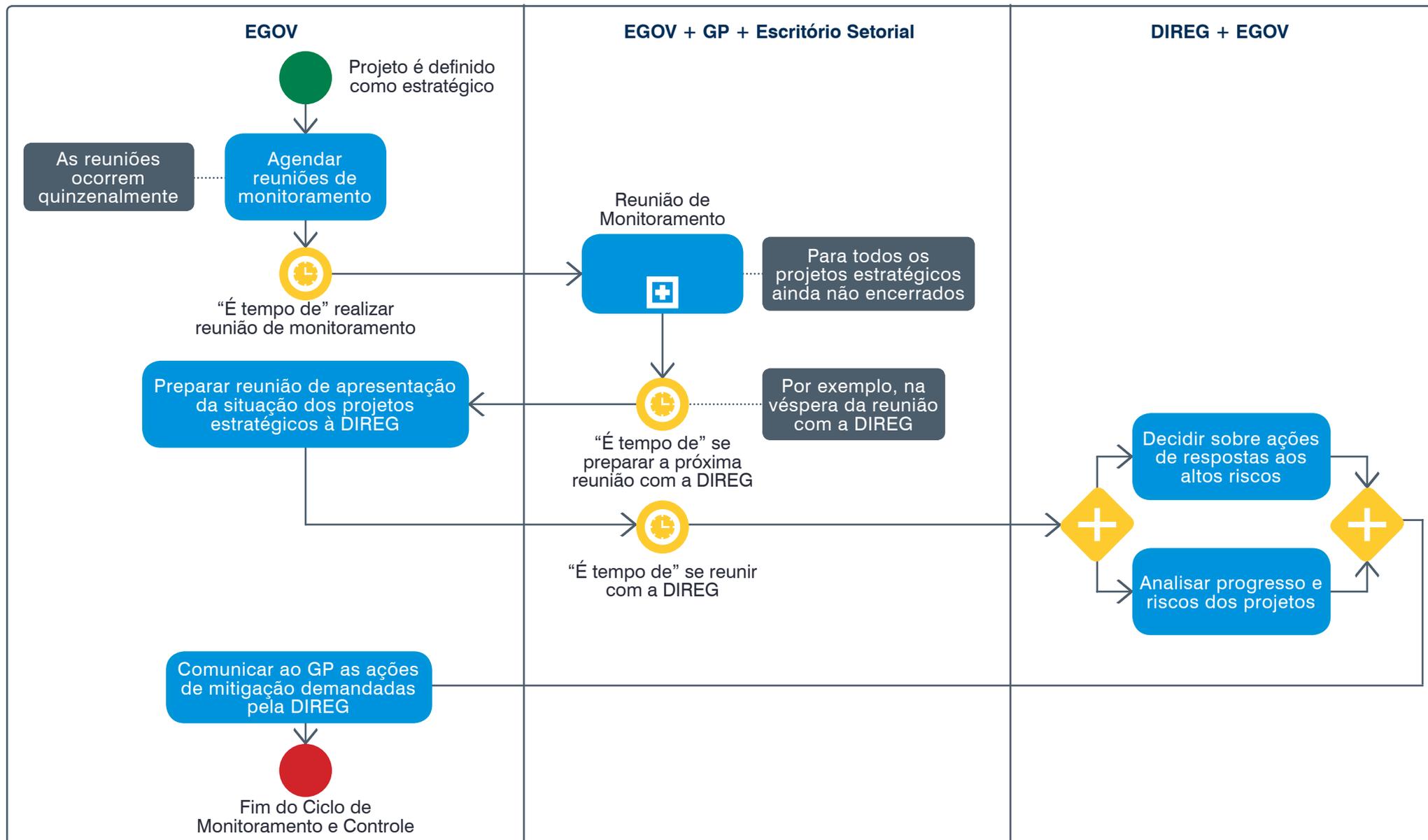
Durante o recente processo de integração e modernização da gestão, este sistema acomodou a interposição de estruturas transversais de assessoramento à gestão, que têm foco na atuação em Rede, na integração e capilarização dos níveis táticos e operacionais e na prontidão e articulação de ações estratégicas e corporativas.

Desta forma, o sistema de gestão do Senado Federal acomoda tanto a burocracia tradicional, derivada do trato com a coisa pública, quanto a necessidade de realizar uma gestão integrada e eficiente das ações estruturantes e estratégicas de transformação da realidade da instituição, buscando atender às políticas, diretrizes e mandatos emanados de seu sistema de Governança

GESTÃO DE PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS - VISÃO GERAL DO PROCESSO



MONITORAMENTO E CONTROLE DE PROJETOS ESTRATÉGICOS



(EGOV-2018)

GESTÃO DE RISCOS

O modelo de governança do Senado Federal visa garantir a geração do valor esperado pela sociedade. No entanto, como ocorre em qualquer organização, os ambientes interno e externo são marcados por incertezas que podem comprometer a capacidade de gerar, preservar ou entregar valor, impactando o alcance de objetivos estabelecidos.

Para se prevenir e tratar dos efeitos negativos, potencializando os impactos positivos à instituição, o Senado Federal instituiu, por meio do ATC Nº16, de 2013, a sua Política de Gestão de Riscos Organizacionais, baseada na norma internacional “ABNT NBR ISO 31000 – Gestão de riscos”, estabelecendo-se as seguintes diretrizes:

- observar os princípios de governança corporativa;
- buscar cooperação entre as unidades do Senado Federal no planejamento e na gestão de riscos organizacionais e segurança corporativa;
- observar requisitos e padrões compatíveis com as normas e práticas nacionais e internacionais de gestão de riscos organizacionais e segurança corporativa;
- capacitar contínua e adequadamente os servidores e os colaboradores do Senado Federal para o exercício de suas atribuições no que concerne aos riscos organizacionais e à segurança corporativa;

- assegurar que os processos organizacionais críticos do Senado Federal tenham planos de continuidade operacional;
- assegurar que as unidades administrativas do Senado Federal realizem a gestão de riscos em seus processos críticos;
- evitar a ocorrência de incidentes de segurança corporativa no Senado Federal e assegurar que os incidentes de segurança corporativa identificados tenham tratamento, orientação e respostas adequados;
- assegurar que servidores e colaboradores tenham ciência de suas responsabilidades quanto aos riscos organizacionais e à segurança corporativa do Senado Federal.

PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS

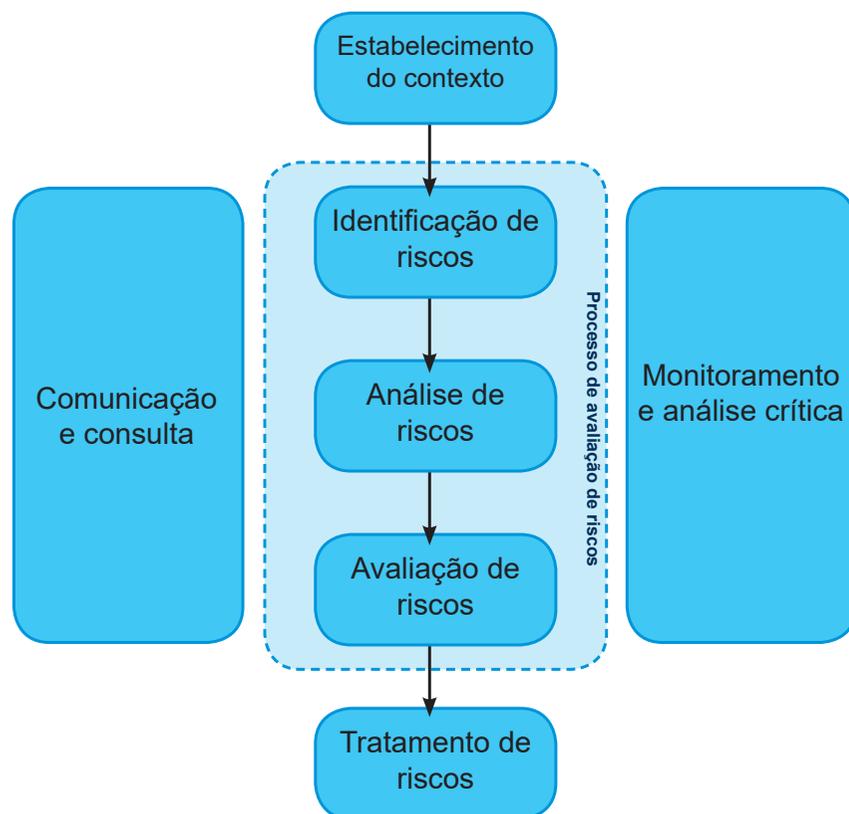


figura 1.

Além da Política de Gestão de Riscos, foi customizado um processo baseado na Norma ISO 31.000, conforme figura 1. Este processo está disponível no Repositório Corporativo de Processos do Senado Federal para utilização por todas as áreas do órgão, com o devido suporte técnico no EGOV.

O Senado Federal conta com um conjunto de elementos es-

tratégicos, que devem nortear as ações da gestão da Casa até 2023. Neles, encontram-se a missão, visão, valores e objetivos estratégicos da instituição. Esses elementos ajudam a definir uma perspectiva de longo prazo para a gestão da Casa.

Com o intuito de estabelecer também uma visão de médio e curto prazo para a estratégia, além dos elementos citados, existem também os resultados-chave (KR). Aliado a seus indicadores, fornecem parâmetros para sabermos se os objetivos traçados estão sendo alcançados.

O acompanhamento destes resultados-chave, e consequentemente dos objetivos, ocorreu mensalmente, momento em que os responsáveis pelos KRs reportavam a expectativa de atingimento até o final do ciclo. Essa expectativa era uma forma de se verificar o risco. Além disso, eram relatadas as barreiras que por ventura surgiram e poderiam estar afetando ou poderiam vir a afetar o atingimento do KR, o que caracteriza também uma gestão de riscos e problemas.

Processo semelhante é utilizado no gerenciamento dos projetos estruturantes de Tecnologia da Informação. Por meio do monitoramento contínuo realizado pelo EGOV, os riscos são identificados, avaliados e tratados, incluindo o escalonamento dos riscos mais críticos ao Comitê de Governança de TI, quando necessário.

Em 2020, foi realizada a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2020-2022 do Senado Federal, que teve, dentre suas etapas de construção,

uma em especial destinada à identificação, avaliação e definição das ações de tratamento de riscos. Estes riscos, apesar de serem, inicialmente, considerados riscos de TI, na verdade são riscos relacionados ao “negócio” do Senado Federal, uma vez que a concretização destes riscos impacta negativamente os processos de negócio do órgão. Desta forma, os três principais provedores de serviços de Tecnologia da Informação do Senado Federal: Prodasen, Secretaria de Comunicação Social e Instituto Legislativo Brasileiro realizaram, em um primeiro momento, a identificação e análise qualitativa dos principais riscos de TI. Esta avaliação de riscos foi ampla e contemplou diversas dimensões, tais como: serviços de TI providos, aspectos de segurança da informação, infraestruturas tecnológica e física, processos de desenvolvimento e de gestão de serviços de TI, e pessoas.

Isto resultou em um conjunto dos riscos de TI mais significativos, sendo todos analisados em relação às suas respectivas probabilidades e impactos no caso de concretização. Além disso, para cada risco, foram propostas ações de tratamento.

De posse das avaliações de riscos e propostas de ações de tratamento, o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação do Senado Federal pôde analisar as avaliações de riscos realizadas e, então, deliberar sobre o tratamento adequado a cada um dos riscos avaliados. O tratamento dos riscos de TI avaliados resultou na definição de um novo portfólio de projetos estruturantes de TI, conforme consta no Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2020-2022, disponibilizado no Portal da Transparência do Senado Federal.

Nesse contexto, merece destaque o Sistema de Deliberação Remota – SDR, estabelecido por meio do Ato da Comissão Diretora Nº 7, de 2020, consistindo-se numa solução tecnológica para viabilizar a discussão e votação de matérias, a ser usada exclusivamente em situações de extrema necessidade que impeçam ou inviabilizem a reunião presencial dos Senadores no edifício do Congresso Nacional ou em outro local físico.

PRODUTOS LEGISLATIVOS

As informações sobre Produtos Legislativos compreendem os Relatórios Mensais, Relatórios da Presidência do Senado Federal e as Estatísticas Legislativas.

Os Relatórios Mensais mostram um consolidado de informações referentes a sessões e reuniões plenárias, matérias legislativas deliberadas e atuação das comissões, entre outras englobando o funcionamento do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Os Relatórios da Presidência consistem em um repositório de informações sobre o Processo Legislativo e a atuação dos Parlamentares ao longo da Sessão Legislativa, englobando o funcionamento do Senado Federal e do Congresso Nacional.

As Estatísticas Legislativas apresentam dados e informações relacionadas à produção legiferante.

Todas as informações sobre os produtos legislativos podem ser acessados pelo link <https://www12.senado.leg.br/transparencia/prestacao-de-contas/paginas/produtos-legislativos>



ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL

LEGISLAÇÃO APLICADA

O Senado Federal observa os termos da Lei nº 8.112/90 em seus processos administrativos referentes à Gestão de Pessoas, utilizando, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99, que regula o Processo Administrativo, entre outras legislações correlatas a matérias específicas. Internamente, o principal norte na área administrativa é a Resolução nº 13, de 2018, promulgada pelo presidente da Casa, que consolida e ratifica as alterações promovidas na estrutura do Senado Federal e apresenta o Regulamento Administrativo do Senado Federal, em seu anexo.

Além desses norteadores basilares, a Alta Administração da Casa edita constantemente atos relativos à gestão de pessoal – Atos do Primeiro-Secretário, Atos da Comissão Diretora, Atos da Diretoria-Geral –, que são publicados no Boletim Administrativo do Senado Federal – BASF, e amplamente divulgados aos gestores e servidores, tanto via e-mail, quanto em publicações na Intranet, além de configurarem como fundamentação das decisões relativas a direitos dos servidores, também publicadas em meio oficial (BASF).

Compete destacar que, em 2020, foram publicadas as seguintes normas referentes a pessoal ativo:

- Atos do Presidente, nºs 2, 3, 4 e 6 e Atos da Diretoria-Geral, nºs 4 e 5: implementaram medidas de prevenção e

contenção da COVID-19, no âmbito do Senado Federal.

- Ato do Primeiro-Secretário, nº 1: alterou o APS nº 2, de 2017, que dispõe sobre o horário de funcionamento do Senado Federal, a jornada de trabalho e o controle de frequência dos seus servidores.

- Ato do Primeiro-Secretário, nº 3: regulamentou a apuração do serviço extraordinário no Senado Federal durante a vigência dos procedimentos e regras para fins de prevenção da transmissão do Covid-19 no âmbito do Senado Federal.

- Ato da Comissão Diretora, nº 1: alterou o Ato da Comissão Diretora nº 11, de 2015, que regulamenta o Programa de Estágios do Senado Federal.

- Ato da Diretoria-Geral, nº 17: Regulamentou o processo seletivo de estagiários para o Programa de Estágios do Senado Federal durante a vigência das medidas de prevenção e contenção da COVID-19.

APONTAMENTOS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

O Senado está sujeito a diligências do órgão de Auditoria Interna da Casa, que promove acompanhamento da atividade administrativa, com recomendações às áreas técnicas, e do órgão de controle externo, o Tribunal de Contas da União (TCU), que encaminha indícios de irregularidades para prévia apuração e edita Acórdãos com determinações para cumprimento por esta Casa. Essas auditorias culminam no aperfeiçoamento dos processos de trabalho, com a

correção das falhas apontadas e melhorias dos processos de controle.

A Secretaria de Gestão de Pessoas seguiu intensificando, em 2020, o acompanhamento do módulo de indícios, ferramenta que faz parte do sistema e-Pessoal, desenvolvido pelo TCU para facilitar o encaminhamento de indícios de irregularidades às Unidades Jurisdicionadas, bem como para facilitar a prestação de esclarecimentos dessas diretamente ao TCU pelo próprio sistema. Desse modo, a Secretaria de Gestão de Pessoas possui servidores cadastrados no sistema e habilitados para dar andamento à apuração e esclarecimento de eventual indício tão logo ele seja encaminhado a esta Secretaria, pela via do sistema e-Pessoal.

Como ocorre anualmente, a Coordenação de Administração de Pessoal, por força do Ato do Primeiro Secretário nº 43/2009 e alterações, coordenou o recadastramento dos servidores ativos. Providenciou, em cumprimento ao disposto na Lei 8.730/93, a entrega da Declaração de Bens e Rendas dos senadores ao Tribunal de Contas da União e o acesso a esse Tribunal da referida declaração dos servidores ativos.

O Tribunal de Contas da União, por meio do Ofício-Circular nº 001/2020-TCU/Sefip, datado de 30/04/2020, devolveu ao Gestor de Pessoal 902 (novecentos e dois) atos de concessão de aposentadoria e/ou pensão civil desta Casa Legislativa, encaminhados àquela Corte pelo antigo sistema Sisac, cujo uso foi descontinuado, para que eles fossem cadastrados e reenviados ao TCU, por intermédio do sistema e-Pessoal, nos seguintes prazos:

- a) 334 atos com data de entrada no TCU entre 3 e 4 anos – 90 dias;
- b) 558 atos com data de entrada no TCU com até 3 anos – 180 dias;
- c) 10 atos que se encontravam no Controle Interno (Audit) – 360 dias.

Dos atos de concessão devolvidos, a Coordenação de Benefícios Previdenciários - COBEP registrou no sistema e-Pessoal 889 concessões, restando pendente de registro no sistema e-Pessoal os seguintes atos:

- 1) 10 atos cujo prazo estabelecido pelo TCU ainda não foi vencido;
- 2) 3 concessões, cujos processos de aposentadoria não foram localizados e estão sendo objeto de reconstituição.

Quanto às diligências do controle externo, no total de 220, o Serviço de Aposentadoria de Servidores procedeu à análise e cumprimento de 211, relativas a aposentadorias de servidores do Senado Federal e o Serviço de Concessão de Pensões atendeu a 9 determinações daquela Corte de Contas referentes a pensões.

PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO, CONTROLE E DE CORREIÇÃO

As ações de supervisão, controle e de correição realizadas pelo Senado Federal compreendem várias áreas de atuação. Os procedimentos disciplinares são trabalhados pelo Serviço de Apoio a Comissões Procesantes, unidade subordinada à Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP, onde são analisados os processos administrativos disciplinares e outros procedimentos disciplinares. Outros temas tratados dentro deste tópico são: Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Corregedoria Parlamentar, Conselho de Transparência e Controle Social, Conselho de Comunicação Social, Ouvidoria do Senado Federal, Comitê Gestor do Site do Senado Federal, Comitê de Contratações e o Comitê de Governança de TI.

Todos essas ações e informações a respeito da supervisão, controle e correição do Senado podem ser acessados pelo link <https://www12.senado.leg.br/transparencia/prestacao-de-contas/paginas/acoes-de-supervisao-controle-e-de-correicao>

CESSÕES DE SERVIDORES

Cessão da INFRAERO para o Senado Federal

Conforme Portaria do Ministério da Economia nº 24, de 17 de janeiro de 2020, embasada no § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e no Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, o Senado Federal contou em 2020 com 37 servidores da INFRAERO em seu quadro de pessoal.

37



Fonte: Portal da Transparência em 22/03/2021:

http://www.senado.leg.br/transparencia/LAI/se-crh/infraero_dispon_senado_pdf.pdf

Acordo de Cooperação Técnica com GDF

O Senado Federal firmou em 2013 com o Governo do Distrito Federal o Acordo de Cooperação Técnica nº 006/2013 com objetivo de racionalizar as despesas com pessoal de ambos os órgãos, permitindo ao Senado receber mão-de-obra qualificada nas áreas de tecnologia da informação, gestão de políticas públicas e manutenção predial, tendo em contrapartida, a cessão de servidores de sua estrutura de serviço médico para reforçar o atendimento à saúde da população do Distrito Federal.

a) Servidores cedidos do GDF para o Senado:



Fonte: Portal da Transparência em 22/03/2021:

<https://www12.senado.leg.br/dados-abertos/conjuntos?grupo=gestao-de-pessoas&portal=administrativo>

b) Servidores cedidos do Senado para o GDF:



Fonte: Portal da Transparência em 22/03/2021:

<https://www12.senado.leg.br/dados-abertos/conjuntos?grupo=gestao-de-pessoas&portal=administrativo>

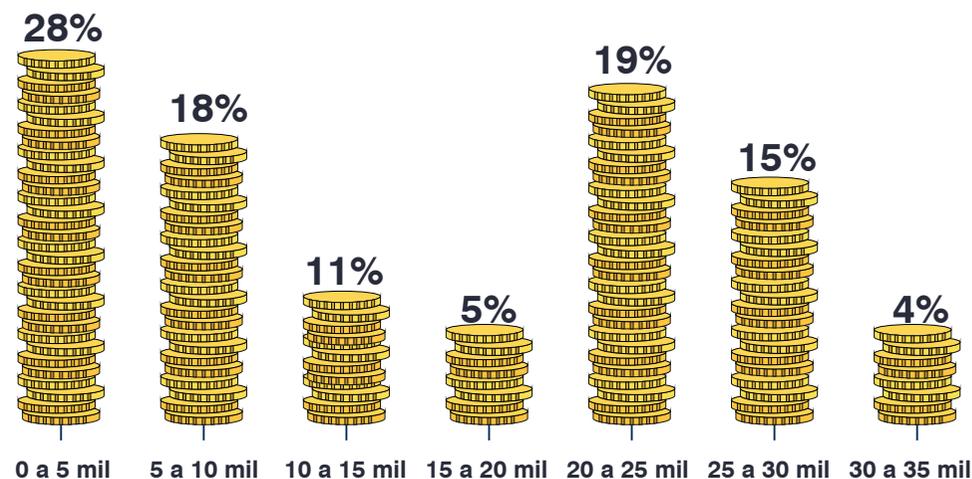
ACÓRDÃO Nº 1862/2020 - TCU - Plenário

Conforme decisão unânime dos Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, sobre o processo TC-003.963/2020-9, constante da Ata nº 27 de 22/07/2021, os

os autos foram encaminhados ao Senado Federal, sendo registrados no sistema SIGAD com o nº 00200.009051/2020-01, onde está sendo tratado sob forma de sigilo pessoal.

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR FAIXA SALARIAL (R\$)

As faixas salariais consideram somente as verbas permanentes do cargo sem a contabilização de eventuais vantagens pessoais não previstas no plano de carreira. As informações remuneratórias dos servidores podem ser obtidas no site do Senado Federal, “Transparência – Gestão de Pessoas – Estrutura Remuneratória ou via link <https://www12.senado.leg.br/transparencia/rh/estrutura-remuneratoria>



DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR UNIDADE DE EXERCÍCIO



DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

Além dos cargos efetivos com seleção por meio de concurso público, há ainda os cargos de provimento em comissão, que se destinam ao atendimento das atividades de assessoramento técnico, vinculadas aos gabinetes parlamentares, e de outras necessidades específicas do Senado Federal e de seu Órgão Supervisionado.

SITUAÇÃO FUNCIONAL

Efetivos	33 %
Comissionados	63,7%
Cedidos pelo Senado	0,6%
Cedidos para o Senado	2,7%

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR CARREIRA

A Carreira dos Servidores do Senado Federal consiste na especialização em atividades legislativas para execução das funções de apoio técnico legislativo e administrativo, controle interno, consultoria jurídica, assessoramento legislativo, apoio técnico ao processo de indústria gráfica e em informática e processamento de dados. Compreende cinco categorias: Advogado, Consultor Legislativo, Analista Legislativo, Técnico Legislativo e Auxiliar Legislativo.

Área FIM 74%	Técnico Legislativo	41,8%
	Analista Legislativo	43,5%
	Consultor Legislativo	11,7%
	Advogado	1,5%
	Auxiliar Legislativo	1,6%
Área MEIO 26%		

PROCESSO SELETIVO

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal e na Lei nº 8.112/90. Os últimos concursos ocorreram em 2008 e 2012. Até 31/12/2019, foram nomeados 603 servidores aprovados no certame de 2012.

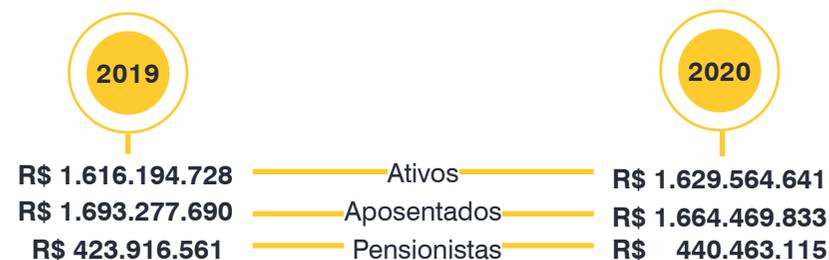
A alocação dos servidores aprovados em concurso é gerenciada pela Secretaria de Gestão de Pessoas, que indica a lotação do servidor com base no preenchimento de um questionário com informações sobre o aprovado, tais como: formação acadêmica, experiências profissionais anteriores, áreas de interesse de atuação. Após a realização do último concurso, o Senado Federal realizou um levantamento da necessidade de força de trabalho nas unidades, considerado no planejamento de pessoal.



EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL

Podem ser apontadas três razões para a mudança na configuração nas despesas de pessoal do Senado Federal em 2020:

- Crescimento vegetativo de 0,82% da folha de pagamento dos servidores ativos;
- Aumento no número de pensões por morte;
- Apropriação de despesas com os funcionários da Infraero que estão em exercício no Senado Federal - LEI Nº 13.903, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019;



DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

O total gasto com pessoal em 2020 foi de aproximadamente 3,7 bilhões, sendo que as despesas com ativos e aposentados correspondem a 88% desse total. As vantagens fixas (remunerações) representam, em média, 86% do custo direto com pessoal do Senado Federal.

Despesas com servidores ativos – inclui senadores

R\$ **1,63 bilhões**

Vantagens fixas	Patronal	Exercício anterior
76,1%	17%	0,1%
Vantagens variáveis	Gratificação Natalina	Pessoal requisitado
0,2%	6%	0,6%

Despesas com pensionistas

R\$ **440,5 milhões**

Vantagens fixas	Gratificação Natalina	Exercício anterior
92%	7,8%	0,2%

Despesas com aposentados

R\$ **1,67 bilhões**

Vantagens fixas	Gratificação Natalina
92,1%	7,6%
Exercício anterior	
0,3%	

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Gratificação de desempenho

Lei nº 12.300/2010 – Resolução do Senado nº 69/2012

A Gratificação de Desempenho do Senado Federal (GDSF) é constituída pelo somatório de 60% do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor (parcela fixa), acrescido do valor referente a parcela avaliativa, apurada no ciclo de avaliação de desempenho imediatamente anterior, correspondendo a, no máximo 40% do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor (parte variável). A avaliação possui periodicidade semestral e se aplica a servidores efetivos e comissionados. A avaliação de desempenho referente a parcela variável encontra-se suspensa.

Progressão funcional

Ato da Comissão Diretora nº 35/1991

O desempenho funcional do servidor ocupante de cargo efetivo é avaliado a cada 12 meses. Durante o estágio probatório não há progressão. Findo o período de 36 meses e aprovado o servidor, a progressão será referente a três níveis, pois o período é reconhecido para fins de interstício, ainda que sem direito a efeitos financeiros retroativos.

Estágio probatório

Atos do Presidente nº 252 e 354/1993

O desempenho do servidor no cargo é avaliado a cada três meses, durante 12 trimestres consecutivos (três anos), a partir da entrada em exercício. A 11ª e a 12ª avaliações são feitas com base no cálculo da média dos pontos obtidos nos trimestres anteriores. São avaliados aspectos relativos à assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

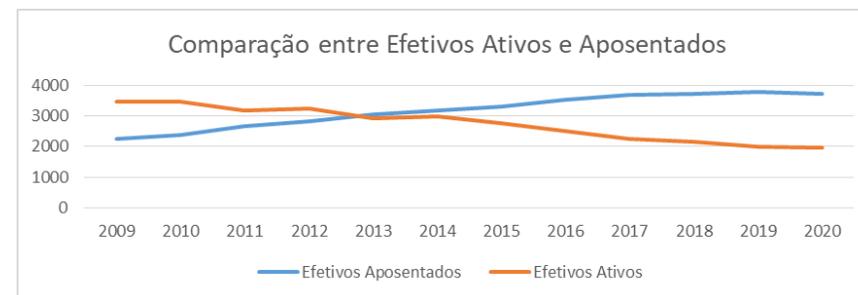
PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Recomposição da força de trabalho

O Senado Federal vem convivendo nos últimos anos com um significativo volume de aposentadorias, tendência que resultou em redução expressiva do quantitativo da força de trabalho.

Estima-se que, até 31/12/2021, 393 servidores estejam em condições de aposentadoria, seja por tempo de serviço, seja pelo atingimento do limite de idade ou seja por estar em condição de abono permanência.

Para minimizar o impacto dessa redução, está em andamento o projeto estratégico de “remodelagem e automação dos processos de recursos humanos”, com foco na melhoria e automação de processos



Comunidade interpoderes

O Senado Federal seguiu participando, em 2020, das reuniões – agora online, em virtude da pandemia de Covid-19, da Comunidade de Gestão de Pessoas Interpoderes. O grupo se destina a promover a cooperação técnica, científica e educacional da área. Espera-se que a intensificação do compartilhamento de boas práticas e o diálogo entre os órgãos representados permitam a adoção de soluções ainda mais eficazes e eficientes na gestão de pessoas, sobretudo em face dos novos desafios que se impuseram pela reinvenção das formas de trabalho, haja vista os riscos apresentados pela já mencionada pandemia.

Mba em gestão de pessoas no setor público

O atualmente em curso MBA em Gestão de Pessoas no Setor Público em contrato com a UnB, incentivado pela Alta Direção, articulado por esta Secretaria de Gestão de Pessoas, que está formando uma turma de 28 profissionais no estado-da-arte das mais modernas técnicas e tecnologias de gestão de pessoas, e que deverá trazer, igualmente, um ganho qualitativo em nossas políticas e processos.

Reestruturação do plano de saúde dos servidores do SF

Um grande esforço foi feito na coordenação de oito diferentes projetos que fizeram parte do programa de reestruturação do plano de saúde dos servidores, que agora passa a ter uma rede credenciada própria, que se soma à então exclusiva rede do Saúde Caixa. Esse credenciamento próprio permite uma transparência e precisão aos serviços ofertados, maior rapidez nas autorizações, maior controle, e se somou uma estratégia de comunicação e relacionamento mais intensos e aprimorados com os nossos beneficiários.

Ações voltadas à saúde e qualidade de vida

O Senado Federal realizou as seguintes ações na área de saúde e qualidade de vida do servidor em 2020:

Sobre assédio.

4

palestras

Reflexões sobre masculinidade, realizados remotamente.

2

cines

Do Programa de Reflexão para Aposentadoria, realizados remotamente.

5

encontros

Artigos de saúde para intranet.

38

publicação

Psicossociais, dos quais 605 foram feitos remotamente.

745

atendimentos

Nutricionais realizados, dos quais 8 foram feitos remotamente.

20

atendimentos

De ginástica laboral e 1 de ergonomia em home office, disponíveis na intranet.

10

vídeos

Vacinas na Campanha contra Influenza em 2020.

4MIL

Aplicação

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL DA GESTÃO DE TI

A gestão de TI do Senado Federal é realizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen), à qual compete prover, por meio de recursos próprios ou de terceiros, serviços, soluções, suporte e infraestrutura de tecnologia da informação, conforme as normas estabelecidas em seu regulamento interno e referenciadas pelo Governo Federal, além de padrões adotados internacionalmente no que tange à identidade visual, acessibilidade, transparência de dados, segurança da informação e governança digital (**Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016**).

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O Senado Federal instituiu a sua Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI) por meio do **Ato da Comissão Diretora nº 9/2017 (13/06/2017)**, publicado em 16/06/2017. A próxima etapa será a criação do Núcleo de Segurança da Informação em Tecnologia da Informação – NSITI, que será parte integrante da estrutura organizacional da Secretaria de Tecnologia da Informação – PRODASEN. Após a criação da estrutura, será formalizada a criação do Comitê de Segurança da Informação – CSI, que dará início à operação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação. O gerenciamento de Segurança da Informação é realizado de forma difusa pelas coordenações do PRODASEN, enquanto não é formalizado o NSITI. São exemplos: controle de acesso, política de senhas, gestão de ativos, gestão corporativa de identidades, classificação e tratamento da informação e gestão de mudanças.

RECURSOS APLICADOS EM TI

R\$ 16,9 milhões

Despesas (R\$)	2018	2019	2020
Investimento	18.033.878	4.608.339	1.738.172
Custeio	4.248.780	22.620.728	15.226.099
TOTAL	22.282.658	27.229.068	16.964.272

Fonte: SAFIN/COPAC

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES EM RECURSOS DE TI EM 2019

Contrato	Fornecedor	Objeto	Valor contratado
130/2020	R. F. Comercio de cabos e telecomunicações LTDA	Modernização da geração e distribuição de sinais do Sistema VIP para padrão de TV Digital	53.250,00
46/2020	Dell Computadores do Brasil LTDA	Licenças de Software de virtualização de rede e segurança VMware NSX-T	1.320.000
47/2020	LTA-RH Informática, Comércio e Representações LTDA	Módulo (Appliance) de Infraestrutura computacional hiperconvergente incluindo instalação, configuração, infraestrutura, treinamento na solução e garantia.	6.412.000,00
125/2018	Brasoftware	Subscrição de licenciamento em Office 365 E1, software de colaboração online por acréscimo ao Contrato nº 125/2018	376.420,00
16/2020	OneLínea Telecom	Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de comunicação de dados, incluindo instalação, treinamento e garantia de funcionamento por 60 meses.	5.560.262,40
8/2020 9/2020	MCR Software e Pro Systems	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de suporte técnico, de renovação do plano de manutenção e de mudança para subscrição (move to subscriptions) das licenças adquiridas do pacote AutoDesk Architecture Engineering Construction Collection IC Multi-User, da licença AutoDesk Building Design Suite Premium - ABDSP e das licenças adquiridas do pacote AutoDesk Media & Entertainment IC Multi-User, da licença AutoDesk Entertainment Creation Suite Ultimate - AECSU- de propriedade do SENADO FEDERAL, durante o período de 36 (trinta e seis) meses consecutivos.	705.300,00
138/2020	MCR Software e Pro Systems	Contratação de empresa especializada para o fornecimento da subscrição de licenças de uso de aplicativos da suíte ADOBE, modelo ETLA, a serem utilizadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação do SENADO FEDERAL - SEI/ PRODASEN - SF, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	2.480.003,00
072/2020	Visual Sistemas Eletrônicos LTDA	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção evolutiva envolvendo o desenvolvimento, implantação, integração e customização de módulo de votação remota do Sistema de Votação Eletrônica - SVE - do SENADO FEDERAL, incluindo os custos de disponibilização do serviço na Internet, com alta disponibilidade e envio de mensagens para dispositivos móveis, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.	234.300,00
109/2020	Visual Sistemas Eletrônicos LTDA	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de disponibilização, na Internet, do módulo de votação do Sistema de Deliberação Remota - SDR - e do Sistema de Votação Eletrônica - SVE - do SENADO FEDERAL, incluindo a funcionalidade de envio de tokens de votação para dispositivos móveis, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	61.800,00

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TI

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o biênio 2021/2022	O Prodasen participa ativamente da elaboração, cujo Diretor é vice-presidente do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (CGTI).
Evolução no SUPRI para aumentar o controle e transparência	Sistema
Cadastro de Autoridades	Sistema
Hotsite do SDR - Sistema de Deliberação Remota	Hotsite
Hotsite sobre a pandemia do COVID	Hotsite
Evoluções de controle de frequência sobre horas extras	Sistema
Painel do SENiC	DW
Painel de auditoria da folha de pagamento	DW
Evolução do Cotas para assinatura eletrônica dos requerimentos de ressarcimento	Sistema
Painel de conferência da folha de pagamento	DW
Questionário de Triagem sobre a COVID para as Portarias	Sistema
Migração de versão e dockerização da BDSF	Sistema
Nova página da Biblioteca	Portal
Alteração das regras de inclusão de dependentes no plano de saúde (24 a 30 anos)	Sistema
Alteração de regras de revalidação de dependentes	Sistema
Painel de Gestão de Identidade	DW
Novo módulo de licença médica	Sistema
Evolução no Suprimento de Fundos	Sistema (Maior transparência, prestação de contas, etc)
Hotsite da Exposição "Brasil: da Monarquia à República"	Hotsite
Nova página do SIS	Portal
Painel Gestão SINFRA	DW
Alteração Cadastral - Servidor	Sistema (Alteração de dados cadastrais: nome; endereço; telefones; e-mail; dados bancários; estado civil)

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
AuditCAS	DW (Painel de consulta a logs de acessos à rede do SF)
DW e Painéis legislativos adaptados ao PROLEGIS	DW
Nova HP (em conjunto com a SECOM)	Portal
Catálogo de Dados Abertos	Sistema
Painel LGPD	DW
Implantação da Central de Serviços 2.0	Central de Serviços 2.0
Suporte ao acesso remoto em larga escala	a) Elaboração de roteiro para acesso à VPN via Linux e Mac para toda a Casa b) Ampliação do suporte ao desenvolvimento remoto de soluções de TI.
Suporte ao SDR	a) Automação da criação da conta, caixa e alias SDR para parlamentares; b) Implantação do serviço de autorização de usuários do SDR na Central de Serviços.
Novas funcionalidade de gestão de identidades e autenticação	a) Implementação de lembrete de vencimento de senhas da rede; b) Automação da associação da política de senhas com novas contas; c) Piloto da integração da autenticação de usuários da rede da Câmara.
Implantação de novos web services para fornecer dados para a Intranet	a) Feriados; b) Aniversariantes; c) Fotos de perfil do Outlook.
Saneamento e melhoria no fornecimento de dados corporativos:	a) Integração do nome social nas tabelas corporativas, AD e Exchange; b) Novos web services (vínculos, aniversários, feriados, externos, fotos); c) Consistências e retificação de dados.
AuditCAS	DW (Painel de consulta a logs de acessos à rede do SF)
DW e Painéis legislativos adaptados ao PROLEGIS	DW
Nova HP (em conjunto com a SECOM)	Portal
Catálogo de Dados Abertos	Sistema
Painel LGPD	DW
Implantação da Central de Serviços 2.0	Central de Serviços 2.0
Suporte ao acesso remoto em larga escala	a) Elaboração de roteiro para acesso à VPN via Linux e Mac para toda a Casa b) Ampliação do suporte ao desenvolvimento remoto de soluções de TI.

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Suporte ao SDR	<ul style="list-style-type: none"> a) Automação da criação da conta, caixa e alias SDR para parlamentares; b) Implantação do serviço de autorização de usuários do SDR na Central de Serviços.
Novas funcionalidade de gestão de identidades e autenticação	<ul style="list-style-type: none"> a) Implementação de lembrete de vencimento de senhas da rede; b) Automação da associação da política de senhas com novas contas; c) Piloto da integração da autenticação de usuários da rede da Câmara.
Implantação de novos web services para fornecer dados para a Intranet	<ul style="list-style-type: none"> a) Feriados; b) Aniversariantes; c) Fotos de perfil do Outlook.
Saneamento e melhoria no fornecimento de dados corporativos:	<ul style="list-style-type: none"> a) Integração do nome social nas tabelas corporativas, AD e Exchange; b) Novos web services (vínculos, aniversários, feriados, externos, fotos); c) Consistências e retificação de dados.
Criação de painéis de monitoramento de aplicações e roteiros de atuação para o NOC	
Evolução de ferramentas de apoio ao desenvolvimento de software	<ul style="list-style-type: none"> a) Aquisição e disponibilização de licenças do editor Oxygen XML b) Atualização de licenças do PL/SQL Developer; c) Implantação do servidor de documentação de web services (Swagger); d) Ampliação do uso e atualização do servidor de verificação de código (Sonar); e) Reestruturação e atualização do servidor de build e entrega (Jenkins).
Atualização de versão de soluções	<ul style="list-style-type: none"> a) Atualização de versão do repositório de documentos SmartECM/Nuxeo; b) Atualização de versão do servidor GIDE – Gestão de Identidades (Midpoint); c) Atualização de versão do Gestor de Senhas (PWM).
Avanços na migração da plataforma padrão de soluções	<ul style="list-style-type: none"> a) Elaboração de novos roteiros de migração e suporte às equipes; b) Definição de parâmetros para uso da plataforma de contêineres por aplicações de terceiros; c) Migração de novas soluções para plataforma de contêineres.
Integração das equipes de desenvolvimento de soluções de TI e disseminação da filosofia DevOps:	<ul style="list-style-type: none"> a) Criação e fomento de comunidade de Desenvolvedores de Soluções de TI no Microsoft Teams; b) Execução de série de workshops internos para alinhamento de conceitos e técnicas; c) Reuniões de alinhamento com todas as equipes de solução do Prodasen e áreas de TI associadas.
Evoluções em projetos estruturantes ainda em execução	<ul style="list-style-type: none"> a) Normatização do desenvolvimento descentralizado de aplicações; b) Padrões de desenvolvimento para dispositivos móveis; c) Gerenciamento do portfólio de aplicações (APM); d) Melhoria da qualidade das aplicações corporativas.

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Implantação do Sistema de Deliberação Remota (SDR) exigiu diversas ações	<ul style="list-style-type: none"> a) Solução técnica de vídeo conferência com atendimento aos requisitos de uso da Palavrapielos parlamentares b) Adaptação de procedimentos operacionais de secretaria e aperfeiçoamento em sistemas legislativos para a nova realidade de sessões remotas c) No escopo da implantação do SDR foi desenvolvido um sistema de monitoramento (SDR-Monitor) para o recebimento de eventos do Zoom.us, acompanhamento dos Senadores presentes na Sessão Remota e registro automático das presenças por meio de integração com o sistema PLENO. d) Alterações nos quadros de comparecimento do sistema Parlam para reconhecer o novo tipo de sessão criado no sistema E-plenário para as sessões deliberativas remotas e) Adaptações no sistema Accor e no portal de dados abertos em razão da alteração do rito de tramitação das Medidas Provisórias f) Produção de material para transferência tecnológica da solução aplicada para as SDR (http://www.senado.leg.br/sdr)
Adaptação dos sistemas legislativos motivada pela pandemia do Covid-19	<ul style="list-style-type: none"> a) Atendimento à Instrução Normativa da SGM nº 14 que “dispõe sobre os procedimentos para a apresentação de proposições e documentos legislativos de forma remota, perante a Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal” b) Integração dos Sistemas Legislativos do Senado com Sistemas da Câmara dos Deputados que viabilizou a tramitação das matérias entre as Casas no formato digital c) Adaptação do sistema Comiss para as reuniões das Comissões nas modalidades remota e mista d) Adaptação nos sistemas Ordem do Dia, ePlenário, eDiários, Parlam e Legis para incorporação de novos tipos de sessões legislativas remotas e) Evolução tecnológica do sistema SAC-Gabinete, o que viabilizou o trabalho remoto dos usuários dos gabinetes parlamentares no relacionamento com as consultorias técnicas

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Início do Programa Processo Legislativo Digital 2020-2023 (0200.008777/2020-18)	<p>a) O Programa, com duração prevista de 3 anos, engloba a execução de 27 de projetos de tecnologia da informação distribuídos em 5 categorias: Processo Legislativo Digital, Racionalização de Processos de Trabalho, Atualização tecnológica de sistemas, Estruturação da informação e Acesso ao parlamento;</p> <p>b) Apresentado à Secretaria-Geral da Mesa, implantado, mas ainda não oficialmente lançado, a primeira versão da plataforma de disseminação de normas (normas.leg.br). A nova plataforma possibilita buscar todo o tipo de legislação infomando: a) o conteúdo original da norma e seus metadados , conforme publicação original; b) o conteúdo atualizado da norma, conforme compilações automáticas ou manuais; c) a linha do tempo da compilação de alterações da Legislação; d) as alterações entre normas e dispositivos; e) anotações semânticas realizadas sobre dispositivos das normas; e, outros recursos.</p> <p>c) Disponibilizado e apresentado à Secretaria-Geral da Mesa a primeira versão do sistema para Gestão de Assinatura Eletrônica. O sistema está no centro da estratégia do Processo Legislativo digital ao possibilitar a assinatura de documentos digitais por meio de usuário e senha tendo ainda em seu planejamento a assinatura de documentos digitais por biometria e certificado digital, o que permitirá a entrega de documentos legislativos por meio digital de forma segura e confiável.</p> <p>d) Disponibilizado e apresentado à Secretaria-Geral da Mesa a primeira versão do sistema Visualizador de Processado Digital. A versão atual do sistema permite a visualização dos documentos legislativos digitais e seus metadados.</p> <p>e) Disponibilizado para testes a versão beta do aplicativo móvel do Senado Federal. Por meio do aplicativo o Senado disponibilizará um mecanismo mais ágil e eficiente de comunicação dos principais eventos diretamente aos Senadores, Assessores Parlamentares e Cidadãos. A versão atual do aplicativo contempla os seguintes recursos: Notificação de eventos de plenário, exibição do painel do plenário, acompanhamento das sessões do plenário, consulta aos oradores inscritos, visualização de informações dos Senadores, consulta à pauta das sessões e exibição da listagem das reuniões das comissões.</p> <p>f) Início dos testes internos do Editor de Textos Normativos Articulados. O novo editor é específico para redação de textos articulados, como por exemplo, Proposições Legislativas, Normas Jurídicas, Emendas etc. O novo sistema viabilizará a criação de textos estruturados no padrão LeXML aderentes à Lei Complementar nº 95 de 1998, o que elevará a qualidade da informação legislativa e o potencial de tratamento automatizado.</p> <p>g) Implantação parcial do novo sistema Parlam, que substituirá a versão atual do sistema, tecnicamente obsoleta. A nova versão implantada conta com as seguintes funcionalidades: Legislatura; Sessões Legislativas; Vagas por legislatura e UF; Coligação; Partido; Bloco Partidário; Liderança (Partido, Bloco, Governo, Maioria e Minoria do SF, CN e CD)</p> <p>h) Nova versão do e-Diários. A nova versão do sistema e-Diários que contempla a automação da geração da Sessão I do Diário do Senado Federal. Um projeto está em andamento para a automação do escopo remanescente dos Diários do Senado Federal e do Congresso Nacional.</p>

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Implantação da versão 4.0 do Legis com a estruturação da informação legislativa	<p>a) o Legis em números em 2020</p> <ul style="list-style-type: none"> • 32.431 documentos recebidos • 5.287 processos legislativos, sendo 4.616 somente em meio eletrônico <p>b) o Benefícios da versão 4.0 do Legis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Remodelagem conceitual da base de informações • Armazenamento e tratamento estruturado das informações e eventos relacionados às fases da tramitação das matérias no Congresso Nacional • Melhoria na pesquisa e a produção de relatórios • Substituição do MATE, software construído na década de 1990 que funcionava como um cadastro de proposições e tratava o processo legislativo somente a partir das ações da Secretaria-Geral da Mesa (SGM) • Melhor visualização de todo sequenciamento de todo processo legislativo • Melhor integração com o sistema Comiss que permitiu pautar na reunião das Comissões os documentos registrados no Legis <p>c) o Sistema Parlam foi adaptado à nova versão do Legis para vinculação de informes legislativos às participações de parlamentares em missão; substituição de referências antigas do MATE nos relatórios de mapa de votação nominal; alteração de interações com o Portal da Atividade Legislativa relacionadas à votação das matérias; alteração nos serviços de dados abertos.</p>
Desenvolvimento da Página de Tramitação unificada da matéria.	Por meio da página de tramitação unificada é possível visualizar de forma integrada a tramitação das matérias nas duas Casas Legislativas na página do Congresso Nacional. Com essa entrega não é mais necessário acessar a página do Senado ou da Câmara para visualizar a tramitação em cada uma das Casas. O lançamento oficial deve ocorrer no início da próxima Sessão Legislativa
Implantação de recurso baseado em Inteligência Artificial no Sistema de Acompanhamento da Consultoria	A triagem das demandas submetidas à Consultoria por meio do sistema SAC é realizada de forma automatizada com utilização de técnica de Inteligência Artificial reduzindo a necessidade de trabalho humano e agilizando a distribuição das demandas. Essa implantação foi resultado da continuidade do trabalho elaborado no escopo do Grupo de Pesquisa do Instituto Legislativo Brasileiro, conforme Edital COESUP Nº 9/2018, Seleção de Projetos para Formação de Grupos de Estudos e Pesquisas Acadêmicas. Área de Conhecimento: 07 - Tecnologia da Informação
Adequação dos Sistemas Legislativos à nova plataforma de aplicações	<p>a) 15 sistemas migrados para o novo ambiente de virtualização que permita maior disponibilidade, segurança, uso racional dos recursos de Tecnologia da Informação</p> <p>b) Adotado em todos os sistemas o uso de usuários de técnicos para acesso ao banco de dados</p>
Migração de sistemas legados para plataforma mais robusta e moderna	a) Sistemas legislativos importantes, como o DISSE, Questão e Ordem e módulos de outros sistemas, criados em tecnologias de geração anterior foram atualizados para tecnologias mais modernas. Outros módulos do Parlam e a Ordem do Dia também estão em fase de atualização tecnológica
Aperfeiçoamento do sistema de orçamentos para LDO e LOA 2021	a) O sistema de gestão de emendas e pareceres dos projetos de leis orçamentárias, o LexOr, foi aperfeiçoado para os processos do PLDO e do PLOA 2021. O sistema foi utilizado no Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 9, de 2020, referente a Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2021), remetido à sanção presidencial no último dia 22/12/2020.
Contratação de Equipamentos de Infraestrutura de TI Hiperconvergente	atualização da infraestrutura computacional aumentando disponibilidade e desempenho de sistemas.

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Formação e Primeira Reunião do Comitê de Segurança Institucional.	início do direcionamento estratégico e trabalho coordenado por melhoria da segurança da informação na Casa
Implantação de Solução de Colaboração – Microsoft Teams.	<ul style="list-style-type: none"> a) Alocação de Licenças Temporárias para toda a Casa b) Ajustes nos quantitativos de licenças de Office 365 adquiridas c) Elaboração de Manuais de utilização d) Atualização de Servidores Exchange para disponibilização de Agendamento de Reuniões no Teams via Outlook. Resultados: facilitação do trabalho remoto e colaborativo. Disponibilização de ferramentas de chat, reunião, ligações, eventos ao vivo, dentre outros
Disponibilização de Infraestrutura de TI para o Trabalho Remoto.	<ul style="list-style-type: none"> a) Disponibilização de Acesso VPN amplo b) Elaboração de Manual de Acesso Remoto c) Implantação de Solução de Gestão Remota de Estações de Trabalho (MeshCommander + Intel AMT vPro) – Ligar, desligar e reiniciar computadores de casa, sem VPN (justamente para viabilizá-la). d) Viabilização da instalação de certificados digitais emitidos pelo Senado Federal nas máquinas remotas dos colaboradores para assinaturas no SIGAD. Resultados: viabilização da continuidade dos trabalhos administrativos e legislativos do Senado Federal à distância.
Atualização do Sistema de Climatização da Sala-Cofre do Prodasen.	Maior disponibilidade e resiliência da infraestrutura de tecnologia da informação, bem como dos sistemas de TI ali hospedados. Diminuição dos riscos de danos aos equipamentos de TI e perdas de dados.
Atualização do Sistema VIP – Voz e Imagem dos Plenários.	<ul style="list-style-type: none"> a) Instalação de novas Câmeras Dome – Com comunicação via protocolo digital (IP) e imagens FullHD. Diminuído também o delay da transmissão no VIP em computadores. b) Instalação de novos moduladores digitais – permitem que as TVs recebam sinal em alta definição. Resultados: melhorias na qualidade da imagem transmitida pelo sistema bem como diminuição do atraso na transmissão para a rede de computadores. Aumento da disponibilidade do sistema como um todo.
Atualização da Rede Sem Fio.	<ul style="list-style-type: none"> a) Contratação de Novo Link dedicado para Wi-Fi (1Gbps) Processo – 00200.004233/2020-87 b) Aprimoramento das filtragens de segurança em serviços de áudio e vídeo (WhatsApp, Zoom e Teams) c) Incremento de 25% na vazão dos links de internet (em andamento) Resultado: melhoria na experiência de uso da rede sem fio do Senado Federal em geral.
Adoção de Serviços de Computação em Nuvem Pública.	<ul style="list-style-type: none"> a) Realização de Prova de Conceito junto à Amazon Web Services b) Realização de Prova de Conceito junto à Google Cloud Platform c) Realização de Prova de Conceito junto ao SERPRO (SERPRO MultiCloud) Resultados: incremento de experiência, segurança e insumos para o planejamento e a contratação da serviços de computação em nuvem pública.
Disponibilização de Alternativas Corporativas a Bancos de Dados Oracle – PostgreSQL e MySQL.	Resultados: criação de alternativas com custo agregado de menor valor que os da Fabricante Oracle. Diminuição da dependência em fornecedor único

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Aprimoramento da Zona Desmilitarizada.	a) Migração de Servidores Proxies Reversos Windows b) Balanceamento de carga do Firewall substitui balanceamento NLB da Microsoft c) Migração do sistema Capri d) Migração de Servidores Proxies Reversos Linux e) Migração da Infraestrutura de Containers Resultado: Incremento de Segurança da Informação na rede de computadores da Casa.
Implantação abrangente da Política de Senhas.	Resultado: importante aprimoramento da segurança da Informação na Casa minimizando riscos de vazamentos de credenciais, informações e ações maliciosas externas.
Início do Monitoramento de Aplicações (além de Infraestrutura de TI) no NOC.	Maior disponibilidade de sistemas de TI e melhor tempo de reação a incidentes.
Entrega do Sistema de Deliberação Remota – SDR.	a) Elaboração de Manual de Utilização do SDR b) Implantação de Soluções de Monitoramento do SDR c) Disponibilização da solução de videoconferência via Zoom Resultado: viabilizou a continuidade dos trabalhos legislativos no Senado Federal. A elaboração do manual, do vídeo tutorial e suas respectivas traduções auxiliaram também outras casas legislativas.
Automatização da Geração de Certificados Digitais de Equipamentos Servidores na Rede.	diminuição de trabalho operacional repetitivo gerando menor esforço humano e menor chance de erro humano. Pequeno incremento consequente em disponibilidade de sistemas.
Utilização do Firewall Fortigate como Proxy Transparente.	viabiliza o uso de ferramentas que não permitem configurar usuário e senha de proxy.
Migração do datacenter do Interlegis daquele prédio para a sala-cofre do Prodasen.	aumento da disponibilidade e da segurança dos equipamentos, dados e sistemas ali hospedados. Diminuição do custo de manutenção de datacenters em locais separados.
Estudo e readequação dos quantitativos de licenças Adobe para atender a demanda total da Casa, com instrução de nova aquisição.	unificou os dois conjuntos de licenças até então vigentes.
Instrução de nova aquisição de licenças AUTO-DESK,	essenciais para o trabalho de algumas áreas da engenharia e comunicação.
Mapeamento, estudo e estabelecimento do atendimento conjunto com o SEATUS ao público de aposentados e pensionistas no contexto de Tecnologia da Informação.	
Mapeamento e estudo para o estabelecimento do suporte e atendimento de primeiro nível aos sistemas GESCON E SENIC, anteriormente realizado pela DIRECON e SADCON.	
Mapeamento e estudo para o estabelecimento do suporte e atendimento de primeiro nível aos sistemas SEDOL e LEXEDIT.	

Nome da iniciativa	Principais resultados (benefícios e impactos)
Mapeamento e estudo para o estabelecimento do suporte e atendimento de primeiro nível ao sistema SIGAD.	
Atuação ativa no suporte, monitoramento e assessoria para a realização das SDR – Sessões Deliberativas Remotas.	
Tratamento dado a 68.241 chamados de TI realizados envolvendo o recebimento, triagem, registro e encaminhamento da solução. Destes, 65.877 foram resolvidos pela área de Atendimento.	
Melhora no tempo médio da fila de espera no chamados telefônicos. A média atual está em 9.92 segundos contra 29.63 segundos do ano de 2019.	
Realização de estudos técnicos para subsidiar a aquisição de dispositivos periféricos diversos.	
Realização de estudos técnicos para subsidiar a aquisição do software de controle de orçamento de serviços de engenharia, que será utilizado pela SINFRA.	
Realização de estudos técnicos para subsidiar a aquisição das identidades digitais aos Senadores.	
Realização de estudos técnicos para subsidiar a aquisição do software UP-TO-DATE, que será utilizado pelos médicos do SIS.	
Realização de estudos técnicos para subsidiar a aquisição de software de colaboração online, que será utilizado pelo NAINOVA.	

Fonte: Prodasen

SUSTENTABILIDADE

A M B I E N T A L

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

O Senado Federal instituiu Grupo de Trabalho com representação de diversos setores para criar sistemática de padronização dos bens e serviços nos processos internos de contratação, com vistas a inserir critérios de sustentabilidade, onde couber, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993. Compete à Diretoria-Geral avaliar as propostas de padronização consolidadas pelo Grupo de Trabalho e determinar, se conveniente e oportuno, sua adoção nos processos de aquisição do Senado Federal. Os itens aprovados por meio do Ato da Diretoria-Geral nº 11, de 2018, são: equipamentos de TI, chapas gráficas digitais térmicas, tintas gráficas, mobiliário funcional, equipamentos split, lâmpadas fluorescentes e eletrodomésticos. No ano de 2019, essa boa prática do Senado Federal foi selecionada pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito do Programa Boas Práticas A3P.

PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Construído de forma colaborativa com a participação da Comissão Gestora (CG) e sugestões dos servidores, o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) 2019–2021 compõe o terceiro ciclo de ações que visa o fortalecimento da Política de Responsabilidade Socioambiental do Senado Federal. Esta versão apresenta consonância com a Carta de Compromisso e Objetivos Estratégicos e propõe alinhamento institucional com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, especialmente o ODS 12, que dispõe sobre padrões de produção e de consumo sustentáveis. Essa relação é essencialmente importante para garantir o exemplo do Poder Legislativo no incentivo às práticas capazes de contribuir com um desafio que se estabelece não somente em nível local, mas também numa escala global.

As edições que antecederam o PGLS 2019 – 2021 (os Planos de 2015 – 2016 e 2017 – 2018) impulsionaram a concretização de diversas ações, tais como: a elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; a criação do extrato mensal de impressões; a elaboração de estudos para viabilidade de sistemas de iluminação; o desligamento automático dos aparelhos de ar condicionado; a redução do consumo de água e energia na Casa; e a capacitação de servidores. O PGLS atual foi organizado em oito eixos temáticos, com 27 ações e 28 unidades envolvidas que irão contribuir para a promoção das mudanças necessárias a uma gestão mais eficiente e comprometida com as questões ambientais e sociais.

A experiência adquirida em versões anteriores garante o delineamento de metas mais ousadas, especialmente nas ações descritas no Eixo Temático Consumo Consciente, que estabelece uma redução em torno de 20% do número de itens de material de consumo adquiridos pelo Senado Federal. Além disso, as ações de Educação Ambiental ganharam um eixo próprio identificado com o mesmo nome e que tem por objetivo contribuir com a internalização dos valores de sustentabilidade na organização. A continuidade das ações articuladas no PGLS evidencia o compromisso do Senado em estabelecer iniciativas estratégicas que contribuem para construção de uma gestão pública mais sustentável.

EIXOS TEMÁTICOS PGLS 2019/2021

CONSUMO CONSCIENTE

ENERGIA ELÉTRICA

ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL

GESTÃO DE RESÍDUOS

QUALIDADE DE VIDA

COMPRAS E CONTRATAÇÕES

DESLOCAMENTO DE PESSOAL

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

MÉDIA DE CONSUMO ANUAL DE COPOS DESCARTÁVEIS

Em 19 de maio de 2020 foi publicado no BASF nº 7348 A Ata do Comitê de Contratações que autorizou a aquisição de copos descartáveis para o Senado (APR 2/2020)

2.786**Copo Biodegradável**200ml
(pacote com 50 unidades)**550****Copo plástico**200ml
(pacote com 100 unidades)

Fonte: NCAS

GESTÃO DE RESÍDUOS

RESÍDUOS NÃO RECICLÁVEIS

Quantidade de resíduos não recicláveis por ano - (Kg)



327.931
2019

112.152
2020

Fonte: NCAS

RESÍDUOS RECICLÁVEIS – PAPEL

Quantidade de resíduos recicláveis por ano - (Kg)



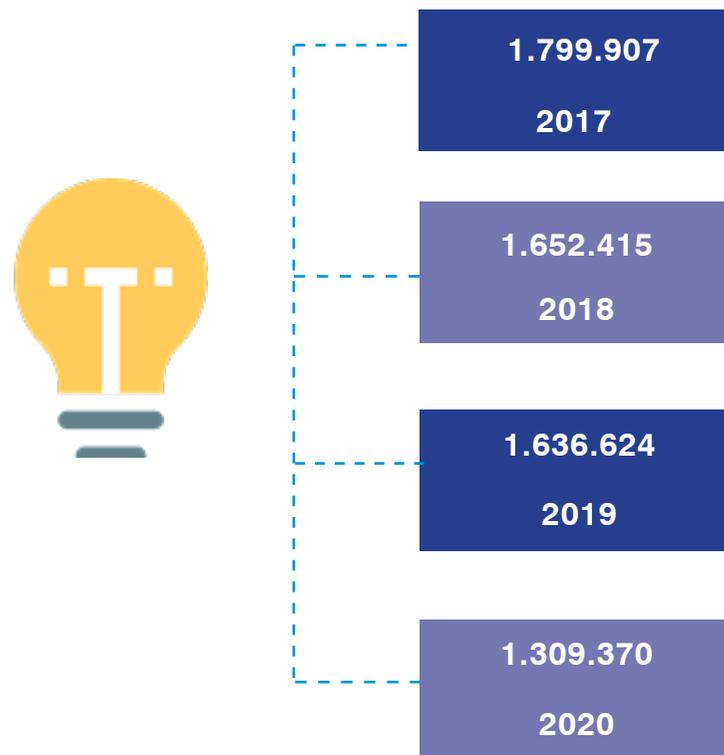
184.080
2019

104.290
2020

Fonte: NCAS

CONSUMO DE ENERGIA

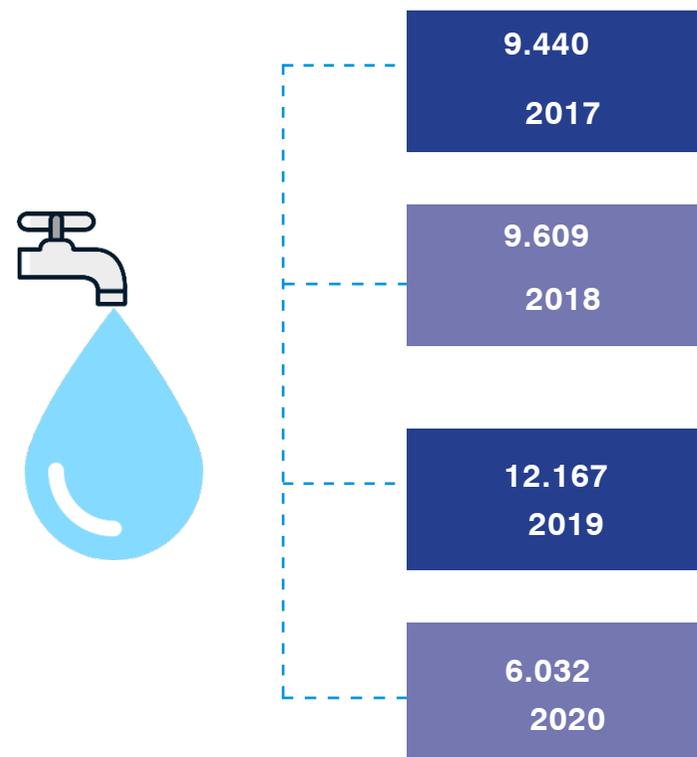
Consumo médio mensal kWh



Fonte: SINFRA

CONSUMO DE ÁGUA

Consumo médio mensal m³



Fonte: SINFRA

CONSUMO DE PAPEL A4

Consumo médio mensal (resma)



16.563

2019

5.156

2020

AÇÕES DE EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA

O Senado Federal vem promovendo ações de equidade de gênero e raça desde 2011, quando aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça de iniciativa da então Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo Federal. Em 03 de setembro 2019, lançou, de forma autônoma, o seu próprio Plano, para o período 2019/2021, contendo objetivos, metas e indicadores, com vistas à continuidade das ações nessa temática, mas com um instrumento que permite quantificar, acompanhar e avaliar as ações implementadas.

De setembro de 2019 a setembro de 2020 foram realizadas diversas ações, com vistas ao cumprimento do Plano, conforme consta do Relatório Parcial, publicado em outubro de 2020. A pandemia de saúde causada pelo Corona Vírus, Covid 19, e as medidas necessárias a sua contenção (distanciamento social, quarentena, etc.) impuseram mudanças e alterações no calendário de ações, mesmo assim, nove ações foram cumpridas, treze foram parcialmente cumpridas e seis foram suspensas.

REFORMULAÇÃO DA PÁGINA DE EQUIDADE NO SITE DO SENADO ([HTTPS://WWW12.SENADO.LEG.BR/INSTITUCIONAL/RESPONSABILIDADE-SOCIAL/EQUIDADE](https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/equidade))

PRODUÇÃO DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS SOBRE EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA

CRIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CURSO SOBRE ASSÉDIO MORAL E SEXUAL, AO PÚBLICO INTERNO E EXTERNO, POR MEIO DE PARCERIA COM O INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO;

AMPLIAÇÃO DO PRAZO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MÃE NUTRIZ DE 15 PARA 24 MESES;

ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE DE EXTENSÃO DO PROGRAMA MÃE NUTRIZ AOS SERVIDORES PAIS;

INCLUSÃO DE CLÁUSULA ACERCA DOS DISPOSITIVOS CONTIDOS NO APS Nº 8/2018 NOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA;

INSTALAÇÃO DE TROCADORES DE FRALDAS EM BANHEIRO FEMININO, MASCULINOS E UNISSEX DO SENADO FEDERAL.

Destacamos também o Projeto Racismo em Pauta, com início em julho de 2020, idealizado pelo Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça em parceria com a Secretaria de Comunicação Social e o GT de Raça, com o objetivo de enfrentar o racismo estrutural. Compõe-se de divulgação de entrevistas com colaboradores/as negros/as atuantes na Casa, publicação de conteúdo em efemérides relacionadas às questões raciais, produção de material para mídias sociais a fim de combater o uso de expressões racistas e a criação de uma série de artigos na Intranet.

Consiste em publicação de um conteúdo semanal, no segundo SEMESTRE 2020, com proposta de continuidade no decorrer de 2021. Exemplos de ações:

DEPOIMENTOS: A HISTÓRIA DE DEVAIR NUNES, DO PRODASEN E OUTROS/AS SERVIDORES/AS:

ARTIGO: “A REALIDADE DA EXCLUSÃO RACIAL NO BRASIL”

EXPOSIÇÃO “HEROÍNAS NEGRAS E INDÍGENAS DO BRASIL”, DISPONÍVEL EM <[HTTPS://WWW12.SENADO.LEG.BR/NOTICIAS/GALERIAS/HEROINAS-NEGRAS-E-INDIGENAS-DO-BRASIL](https://www12.senado.leg.br/noticias/galerias/heroínas-negras-e-indígenas-do-brasil)>;

CARDS DIVERSOS, VISANDO DESCONSTRUIR EXPRESSÕES QUE REFORÇAM ESTEREÓTIPOS NEGATIVOS CONTRA AS PESSOAS NEGRAS, DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.INSTAGRAM.COM/P/CFS7TCDDSA/?IGSHID=16ZA68Z2RF96U](https://www.instagram.com/p/CFS7TCDDSA/?igshid=16ZA68Z2RF96U)>;

LIVE COM A PROMOTORA DE JUSTIÇA LÍVIA SANT'ANNA VAZ, ENTRE OUTRAS

REEDIÇÃO DO LIVRO “A ABOLIÇÃO NO PARLAMENTO”;

CALENDÁRIO E AGENDA 2021.

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR ETNIA



* As categorias de autodeclaração são “parda” e “preta” e demais. Não existe a categoria “Negra” no quesito cor/raça e etnia do IBGE, que nos serve de modelo e é o padrão adotado pelo eSocial, Rais, IBGE etc. O somatório dos declarados pardos/as e pretos/as representa a população negra, mas isso é outra coisa, é interpretação dos dados.

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR GÊNERO 2020



O Senado Federal tem se destacado por suas constantes ações de reforço e promoção da igualdade de gênero e raça, o que tem mudado a cultura organizacional, o perfil funcional desta Casa e tornado o Órgão um modelo para outras instituições públicas. Desde 2011 o Senado é participante do “Programa Pró-equidade de Gênero e Raça”, do Governo Federal, na busca de novas concepções na gestão de pessoas, além de possuir, desde 2015, Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

FORÇA DE TRABALHO FEMININA POR VÍNCULO/ANO 2020

EFETIVO



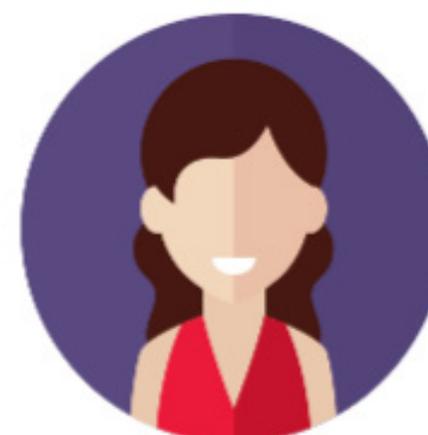
20,89%

COMISSIONADO



71,32%

ESTAGIÁRIO



7,78%

SERVIDORES EFETIVOS POR FUNÇÃO COMISSIONADA(FC) 2020**69,70%**

Homens com FC

FC-1 69,29%

FC-2 64,60%

FC-3 76,09%

FC-4 67,50%

FC-5 50%

**30,30%**

Mulheres com FC

FC-1 30,71%

FC-2 35,40%

FC-3 23,91%

FC-4 32,50%

FC-5 50%

ALTA ADMINISTRAÇÃO - FC5**50%****50%**

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

No atípico ano de 2020, o Senado Federal manteve-se como uma das mais importantes páginas de governo nas redes sociais. O ano foi marcado por maior equilíbrio no alcance das postagens nas 3 redes principais e por um forte aumento de interações nos meses de março a maio, no início da pandemia.

O perfil do Senado no Instagram foi novamente o que mais cresceu. Foram mais de 445 mil novos seguidores, atingindo mais de 1,7 milhão de pessoas.

O Facebook manteve um número estável, porém bastante alto, de aproximadamente 3,3 milhões de seguidores, o que mantém a página do Senado como a terceira maior do país entre as instituições públicas.

No Twitter, rede que possui caráter mais jornalístico do que Facebook e Instagram, o crescimento foi de 181 mil novos usuários, levando a conta a superar o número total de um milhão de seguidores, além de bater nosso recorde de novas adesões num único ano.

Além desses canais, ganharam importância também o Whatsapp, que possibilita um contato mais próximo com quase 20 mil assinantes, e também o LinkedIn, plataforma que encerrou o ano com 36 mil seguidores.

Por último, e em busca de se aproximar ainda mais do cidadão, foi criado um canal no Telegram, onde os usuários recebem conteúdo diariamente sobre que acontece no Senado.



5.532

novos seguidores em 2020

3,3 milhões

curtidas na página

191 milhões

alcance acumulado no ano

1,1 milhões

de comentários no ano

3ª

no Brasil entre
páginas governamentais

38ª

no mundo entre
páginas governamentais

524 mil

média de pessoas
alcançadas por dia



624

stories publicados

1.079

posts publicados

1,2 milhões

vezes que os posts foram salvos

303 mil

comentários

2º

maior perfil governamental

1,7 milhões

seguidores

446 mil

novos seguidores em 2020

9,9 milhões

curtidas nos posts



1 milhão

seguidores

181 mil

novos seguidores em 2020

123,2 milhões

impressões no ano

1,4 milhões

menções diretas do perfil

370 mil

Interações com os posts

7.560

tweets publicados

OUVIDORIA

Regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05/2005 e implantada pelo Ato da Mesa Senado Federal nº 1 de 16 de junho de 2011, a Ouvidoria do Senado é o elo entre a sociedade e o Insituição. O cargo de Ouvidor-Geral é exercido por um(a) senador(a) escolhido(a) pela Presidência do Senado Federal.

Ouvidoria em números

Podemos mensurar a democracia pela participação do cidadão na gestão das políticas públicas. No caso do Senado Federal, tal importância pode ser identificada pela presença da opinião popular relacionada ao processo legislativo, principalmente no que tange ao aprimoramento, a fim de assegurar um ordenamento jurídico adequado ao bem comum. Nesse enfoque, o Senado Federal tem adotado medidas com a finalidade de facilitar a contribuição da sociedade, sendo uma delas a de manter sua Ouvidoria como porta de entrada para registros de sugestões, elogios, reclamações, denúncias e solicitações, sejam voltados aos serviços da Casa ou à atividade parlamentar.

Serviço de Informação ao Cidadão

.....**534**.....

pedidos de informação baseados na
Lei de Acesso à Informação (LAI)

45

média mensal

eCidadania

109 comentários

.....**42**..... sugestões legislativas

Ouvidoria

20.475

Ligações telefônicas recebidas no 0800 da Ouvi-
doria -2020



O Portal e-Cidadania oferece serviços de interatividade que buscam estimular a participação do usuário na atividade parlamentar e educativa do Senado. Para isso, o Portal oferece as seguintes ferramentas:

1. **Ideia Legislativa:** <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/principalideia>

Permite ao cidadão enviar e apoiar ideias legislativas, consistindo em sugestões de alteração na legislação vigente ou de criação de novas leis. Essa ferramenta foi criada em 2012 e regulamentada pela Resolução do Senado nº 19/2015, apresentando desde então os seguintes números:



Dados acumulados desde 2012.

2. **Evento Interativo:** <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/principalaudiencia>

Permite ao cidadão participar de audiências públicas, sabatinas e outros eventos abertos. Desde 2016 todas as audiências públicas e sabatinas de autoridade são interativas.



Dados acumulados desde 2013.

3. **Consulta Pública:** <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/principalmateria>

Permite ao cidadão opinar sobre projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, medidas provisórias e outras proposições em tramitação no Senado Federal. Essa ferramenta foi implementada em 2013 pela Resolução do Senado nº 26/2013.



Dados acumulados desde 2013.

4. **Oficina Legislativa:** <http://www12.senado.leg.br/ecidadania/oficinalegislativa>

Oferece aos professores o material didático necessário para a realização de oficinas legislativas com seus alunos. Na oficina, os alunos são incentivados a pensar em melhorias para o país por meio de etapas de criação e avaliação de ideias legislativas, que podem ser debatidas pelos senadores e virar leis. A ferramenta aproxima os alunos do processo legislativo e ajuda a formar cidadãos mais conscientes e participativos.

Em 2020 o Portal e-Cidadania apresentou os seguintes resultados:

3.707.239 votos em 3.162 proposições em tramitação no Senado realizados por 2.805.770 usuários distintos através da ferramenta Consulta Pública

15.316 novas Ideias Legislativas cadastradas por 9.538 autores distintos.

1.351.135 apoios em Ideias Legislativas por 941.744 apoiadores distintos.

228 Eventos Interativos disponibilizados no portal com 7.400 comentários registrados por 2.734 usuários. Do total de perguntas e comentários registrados, 674 foram lidos ao vivo em 134 eventos.

29 Ideias Legislativas foram convertidas em Sugestões Legislativas depois de receberem mais de 20 mil apoios da população.

O Portal teve 76.702.767 visualizações de páginas feitas por 13.932.709 usuários.

VISITAÇÃO

O programa de visitas ao Palácio do Congresso Nacional funciona segundas, quintas (apenas grupos agendados), sextas, finais de semana e feriados, com entrada gratuita, das 9h às 17h30, com saídas de grupos a cada 30 minutos, a partir do Salão Negro. A visita institucional percorre os Plenários das duas Casas, os Salões Verde e Azul, além do Túnel do Tempo do Senado e o Salão Nobre da Câmara dos Deputados.



O objetivo da visita virtual guiada é oferecer a possibilidade de interação em momentos em que a visita presencial encontra-se fechada, podendo atender indivíduos, grupos de escolas ou universidades. A visita virtual oferecida pelo Senado fala sobre o funcionamento e atribuições do Senado, suas comissões, obras de arte e salões, ao mesmo tempo em que trata sobre o processo legislativo como um todo.

DATASENADO

O Instituto DataSenado foi criado em 2005 para acompanhar a opinião pública sobre o Senado Federal, sobre a atuação parlamentar e sobre temas em discussão no Congresso Nacional. Os dados levantados pelo DataSenado têm auxiliado parlamentares em suas decisões e contribuído para uma melhor compreensão sobre como pensa a população brasileira.

No período de 2018 a 2020, o DataSenado ouviu 159.252 cidadãos por meio de pesquisas de opinião e enquetes. Foram feitas um total de 18 pesquisas nacionais quantitativas telefônicas e duas pesquisas qualitativas por meio de grupos focais e entrevistas de profundidade. Em relação às enquetes, foram feitas um total de 37 entre 2018 e 2020. Elas são feitas mensalmente e têm o objetivo de estimular o debate na sociedade de temas em pauta no Congresso Nacional.

Outra atividade que faz parte da rotina do DataSenado é a realização de pesquisas internas para auxiliar a Administração do Senado. Entre 2018 e 2020, foram feitas 28 pesquisas demandadas por órgãos do Senado federal.

Principais pesquisas/enquetes realizadas pelo DataSenado:

2018

Tema/Título	No de Respondentes
O Senado Federal e a Ordem Democrática	2.400
Pesquisa Clima Organizacional- 2018	1.737
Extinção do horário de verão - PLS 438/2017	12.970
Proibição de plásticos - PLS 263/2018	6.366
Exame de proficiência para médicos - PLS 165/2017	1.578

2019

Tema/Título	No de Respondentes
Meio ambiente e projeto de lei anticrime	1.161
Cannabis Medicinal e Segurança Pública	2.400
Pesquisa para uma Política Nacional do Cuidado	2.400
Violência doméstica e familiar contra a mulher - 8a edição	2.400
O Cidadão e o Senado Federal: opiniões sobre economia, democracia e polarização política	5.001

2020

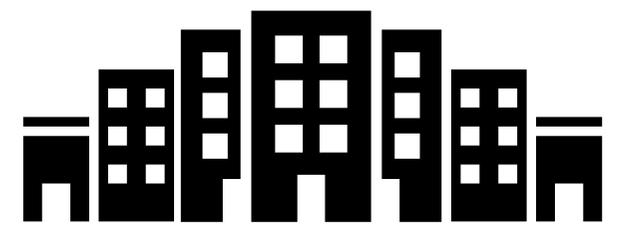
Tema/Título	No de Respondentes
Coronavírus: propostas de lei para combate à epidemia	1.200
Coronavírus: propostas econômicas para combate à epidemia	1.200
Fake News, Fundo Eleitoral e Covid	1.200
Educação, Divulgação Dados do Covid e Renda Básica	2.400
Teletrabalho e Mercado de Trabalho	5.000

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

A gestão patrimonial, inclusive a administração dos imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade do Senado Federal, encontra-se disciplinada por meio das seguintes normas e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

- *Constituição Federal de 1988, artigo 70*
- *Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964*
- *Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018*
- *Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2015 (09/07/2015)*
- *Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2014 (29/12/2014)*



DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Em 2020 o Senado Federal instruiu quatro processos de desfazimento de bens na modalidade de doação e um processo na modalidade de leilão.

DOAÇÕES REALIZADAS EM 2020

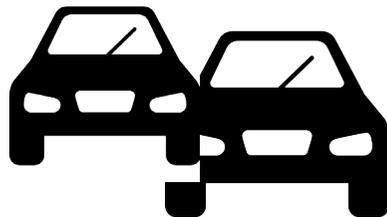
Donatário	Valor (R\$)	Tipo de Bem
Associação Movimento Para Inclusão - MOVIN	13.224	Móveis antieconômicos
Secretaria Extraordinária da Pessoa com Deficiência	7.146	Móveis antieconômicos
ONG Programando o Futuro	803.303	Resíduos eletroeletrônicos/antieconômicos
Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal	670	Móveis antieconômicos

LEILÃO REALIZADO EM 2020

Leilão nº 01/2020 – realizado em 29/07/2020
Arrecadação total: R\$ 218.380,00
Móveis antieconômicos

LOCAÇÕES DE VEÍCULOS

O Senado possui contrato anual no valor de R\$ 3.546.438 para prestação de serviços de locação de veículos automotores (sem motorista), incluindo manutenção preventiva e corretiva de veículos, fornecimento de combustível, lavagem automotiva, seguro, imposto e taxas, visando o atendimento ao Presidente da Casa e sua segurança pessoal, Senadores. Diretoria Geral e Secretaria- Geral da Mesa do Federal.



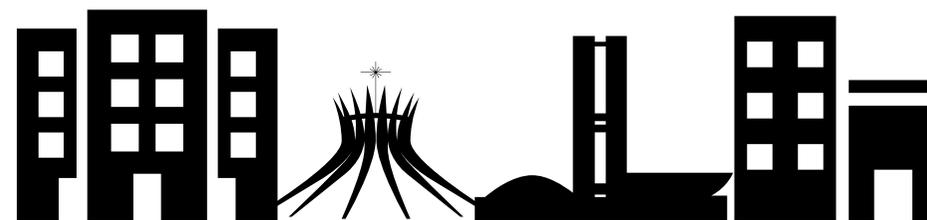
RECEITA ADQUIRIDA PELA CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E GASTO COM LOCAÇÃO

Em 2020 o Senado Federal contava com 25 utentes (usuários) compreendendo bancos, empresas de telefonia, correios, assessorias parlamentares e partidos políticos. Esses ocupantes de áreas públicas ressarciram ao Senado Federal o valor de R\$ 2.562.887 pelos gastos realizados em limpeza e conservação, telefonia, água e energia elétrica em um sistema baseado na metragem ocupada. Os valores recebidos são depositados em um fundo especial do Senado Federal no Tesouro Nacional e são usados para gastos gerais da Casa.

Tipo	Bancos	Telefonia	Partidos Políticos	Órgãos Públicos	Prestador de Serviços	Total
(R\$)	1.160.458	387.487	555.765	222.266	236.909	2.562.887
(%)	45	15	22	9	9	100

GUARDA E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS

O Senado Federal administra 104 imóveis da União num total de R\$ 464.794.559, compreendendo terrenos, salas, apartamentos funcionais, residências oficiais e edifícios que compõem o complexo arquitetônico do Senado Federal. Esses imóveis têm seu valor reavaliado a cada dois anos de acordo com normas da SPU e servem ao Senado principalmente no atendimento a parlamentares e às demandas internas de funcionamento da Casa.



Tipo	Quantidade	Valor (R\$)	%
Apartamento	75	75.256.120	16
Casa	1	3.640.649	1
Edificação	14	194.810.733	42
Prédio	2	183.548.347	39
Sala	4	466.489	-
Terreno	8	7.072.221	2
TOTAL	103	474.308.102	100%

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

As contratações mais relevantes são aquelas que demandam maior investimento de recursos.

Tipo	Valor (R\$)
Serviço de apoio operacional na área de administração patrimonial	3.352.007
Serviços postais e telegráficos	4.004.318
Serviço telefônico fixo comutado	4.686.846
Serviço de manutenção, programação e operação de PABX	2.824.754
Serviço de operação e suporte da Central de Atendimento de Telecomunicações	1.113.519
Serviço de conservação e implantação dos jardins	3.500.259

DECLARAÇÃO DO DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES, WANDERLEY RABELO DA SILVA



O contexto que vivemos em 2020 dispensa apresentações. Indivíduos, organizações e nações, todos nos deparamos com desafios significativos. Com o Senado não foi diferente.

Sustentar o ritmo e a qualidade do trabalho legislativo mantendo a segurança da informação e a saúde de nossos parlamentares e colaboradores foi a prioridade da Gestão do Senado Federal e, conseqüentemente, desta Diretoria-Executiva de Contratações.

Em 2020 a eficiência do processo de contratações e a maturidade dos nossos sistemas foram postos a prova com resultados positivos. A mudança repentina do trabalho presencial para o remoto foi a primeira grande prova. Os servidores e parlamentares da Casa passaram a trabalhar por teletrabalho imediatamente.

Tal feito só foi possível pois todas as contratações do Senado seguiram seu passo, de forma que apenas duas contratações emergenciais foram necessárias para adaptar o Senado à nova realidade imposta pela pandemia.

A primeira contratação emergencial realizada permitiu evoluir o Sistema de Votação Eletrônica da Casa e instaurou o Sistema de Deliberação Remota (SDR), possibilitando o voto remoto aos Senadores inclusive quando a biometria é exigida, caso em que o parlamentar pode utilizar uma “Cabine Drive Thru” para votar. A segunda contratação emergencial assegurou testes de COVID-19 periódicos aos servidores que precisaram manter o trabalho presencial, de forma a reduzir o risco de contaminação.

O Senado manteve o esforço anual de redução de custos das licitações e contratos vigentes, contribuindo para a racionalização do gasto público.

Em 2020, oportunidades de crescimento foram aproveitadas e o Senado Federal adentrou 2021 mais digital, seguro e eficiente.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Anualmente, a gestão do Senado Federal compara os valores previamente estimados para as licitações (por meio de pesquisa de preço no mercado relevante) e os valores efetivamente contratados, a fim de traçar, ao longo do tempo, um índice de economia que as equipes envolvidas no processo de contratações são capazes de promover aos cofres públicos.

Em 2020, a economia resultante das negociações realizadas durante as licitações montou a R\$ 83,3 milhões. Desde 2013, a economia acumulada supera R\$ 392 milhões.

Diante das dificuldades impostas ao funcionamento parlamentar pela pandemia do Coronavírus, a Casa realizou, especificamente, duas importantes contratações emergenciais para a continuidade dos trabalhos legislativos.

A primeira contratação emergencial garantiu a continuidade do exercício da função parlamentar, tendo permitido a realização de discussões e votações pelos Senadores mesmo durante o distanciamento social. Esta contratação possibilitou a evolução do Sistema de Votação Eletrônica do Senado Federal (SVE) e sustentou o uso do Sistema de Deliberação Remota (SDR), ferramentas fundamentais para assegurar o voto eletrônico à distância.

A segunda diz respeito à testagem periódica de Covid-19 (exame laboratorial RT-PCR) dos colaboradores que precisaram frequentar assiduamente as dependências do Senado Federal durante a pandemia, de forma a controlar o risco de contágio no ambiente de trabalho.



* Alguns valores contratados só serão totalmente executados nos próximos exercícios financeiros.

R\$ 21,7
milhões

61

contratações
diretas

DISPENSAS DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES (R\$)
Remanescentes - 24, XI	0	-
Baixo valor - 24, II	18	125.393
Serviços prestados por órgão ou entidade da Administração Pública - 24, VIII	1	2.186.665
Sem fins lucrativos - 24, XIII	1	3.301.360
Portadores de deficiência - 24, XX	1	355.592
Emergenciais - 24, IV	2	1.674.300
Licitação frustrada - 24, VII	0	-
TOTAIS	23	7.643.310

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES (R\$)
Art. 25, caput	5	2.714.738
Art. 25, i	24	10.950.939
Art. 25, ii	8	393.942
Art. 25, iii	1	8.900
TOTAIS	38	14.068.519

FERRAMENTAS DE APOIO GERENCIAL

Dando continuidade aos esforços da Administração do Senado de sistematizar os procedimentos relacionados a contratações, em 2020 foi desenvolvido um novo painel gerencial no Sistema de Gestão Analítica do Senado Federal (GALILEU). A ferramenta é capaz de monitorar, em tempo real, diversos dados do cronograma anual de Contratações e informar, por exemplo, o quantitativo mensal de instruções previstas e a situação de cada processo, analisando possíveis atrasos.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Concluir a sistematização dos procedimentos de contratações permanece sendo uma prioridade da gestão. O Sistema Integrado de Contratações (SENiC) já possui os módulos de planejamento e acompanhamento concluídos, mas ainda carece de um módulo dedicado à instrução de novas contratações.

Por meio de cooperação técnica celebrada com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Senado Federal disponibilizará aos seus servidores o sistema ePro para elaborar os Termos de Referência. As adaptações ao sistema desenvolvido pelo tribunal já estão sendo feitas e, até o fim de 2021, os dois sistemas (ePro e SENiC) estarão integrados.

Outro grande desafio para 2021 será a atualização do normativo interno de regras procedimentais de contratações à luz da nova Lei de Licitações e a consequente capacitação dos diversos setores da Casa envolvidos com o tema.

GESTÃO DE CUSTOS

O Senado Federal aceitou o convite para aderir ao Sistema de Custos do Governo Federal, por meio do Ofício nº 284/2012-PRESID enviado em 05/06/2012 ao Ministro de Estado da Fazenda, em conformidade com o art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria STN nº 157, de 9 de março de 2011.

Entretanto, no âmbito da Casa Legislativa, ainda se encontra em estudo a regulamentação das diretrizes e dos indicadores para a complementação do sistema, limitando-se o controle aos parâmetros de UGR, que permite certo nível de agregação dos gastos.

Dotação atualizada e despesas empenhadas por Programa - 2020		
Programas	Valor autorizado (R\$)	Valor empenhado (R\$)
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER LEGISLATIVO	4.615.607.016	4.410.633.584
OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	1.396.702	1.239.393
RESERVA DE CONTINGENCIA	14.045.488	-
TOTAL	4.631.049.206	4.411.872.977

A Reserva de Contingência abarcou as programações orçamentárias destinadas ao atendimento das despesas primárias e financeiras que decorreriam de proventos de cargos efetivos, o que não ocorreu no exercício de 2020.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Toda a execução orçamentária e financeira, com destaque para repasses e transferências de recursos financeiros pode ser acessada pelo link <https://www12.senado.leg.br/transparencia/prestacao-de-contas/paginas/gestao-contabil-orcamentaria-e-financeira>

Nesta página encontram-se também os dados relativos aos valores empenhados e pagos, incluindo restos a pagar, a partir de créditos orçamentários alocados em favor do Senado Federal na LOA. Esses dados abrangem a execução por UGs externas ao Senado Federal de valores descentralizados.

Destaques orçamentários recebidos pelo Senado Federal

Essa tabela apresenta os valores recebidos pelo Senado Federal em virtude da ocupação de imóveis funcionais da Casa por autoridades de outros órgãos, da disponibilização do Sistema de Gerenciamento da Informação da Rede Virtual de Bibliotecas do Senado Federal (RVBI), da utilização do parque gráfico e do pagamento da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso (GECC) a servidores que atuaram como colaboradores em atividades de capacitação promovidas por outros órgãos integrantes da Administração Pública Federal.

Além disso, podem ser verificados os valores que foram empenhados e pagos pelo Senado Federal para atendimento de despesas atinentes aos objetos citados acima, discriminados por órgão repassador, grupo de natureza de despesa (GND) e elemento.

Conforme dispõe o Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, alguns dos destaques realizados foram amparados por Termos de Execução Descentralizada (TED), publicados no Portal da Transparência do Senado Federal. Essa formalização é dispensável em situações cujo valor não ultrapasse R\$ 176.000,00 ou quando se trata de ressarcimento de despesas.

Destaques orçamentários concedidos pelo Senado Federal

Essa tabela apresenta os valores concedidos pelo Senado Federal em virtude do pagamento da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso (GECC) a servidores que atuaram como colaboradores em atividades de capacitação promovidas pelo Senado Federal e da assinatura de Termos de Execução Descentralizada (TED). Esses TEDs foram firmados para desenvolvimento de projetos de pesquisa e de cursos com universidades federais e para prestação de serviços de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Além disso, podem ser verificados os valores que foram empenhados e pagos, por órgão receptor, grupo de natureza de

despesa (GND) e elemento.

Execução orçamentária e financeira

A tabela apresenta os valores empenhados e pagos à conta dos créditos alocados em favor do Senado Federal na Lei Orçamentária Anual de 2020 (Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020), bem como a execução de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

Esses valores podem ter sido utilizados tanto pelo Senado Federal como por demais órgãos que receberam recursos descentralizados no ano de 2020, o que pode ser verificado na tabela 'Destques orçamentários concedidos pelo Senado Federal'. Tendo em vista o que dispõe o Manual Técnico de Orçamento – MTO, as despesas ao longo do exercício de 2020 subdividem-se nos seguintes grupos:

a) **Pessoal e Encargos Sociais (Grupo de Natureza de Despesa - GND 1):** despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar 101, de 2000.

O valor total empenhado nesse GND foi de R\$ 3.734.497.590, que corresponde a 84,65% do valor comprometido à conta do orçamento de 2020.

b) **Outras Despesas Correntes (GND 3):** despesas orçamentárias necessárias à manutenção e ao funcionamento da Casa, dentro das quais incluem-se os auxílios pagos aos servidores (auxílio alimentação, pré-escolar, transporte, funeral, natalidade e para atendimento de despesas médico-hospitalares). Nesse último caso, os gastos são considerados obrigatórios, enquanto os demais são classificados como discricionários.

O valor total empenhado nesse GND foi de R\$ 648.509.509, que corresponde a 14,70% do valor comprometido à conta do orçamento de 2020. A parcela de R\$ 291.248.929 refere-se ao pagamento de benefícios aos servidores (que são despesas obrigatórias) e de R\$ 357.260.579 destinou-se aos gastos de manutenção e funcionamento do Senado Federal.

c) **Investimentos (GND 4):** despesas orçamentárias com aquisição e desenvolvimento de softwares, planejamento e execução de obras, aquisição de equipamentos e de material permanente.

O valor total empenhado nesse GND foi de R\$ 28.865.877, que corresponde a 0,65% do valor comprometido à conta do orçamento de 2020.

Sobre a soma dos valores pagos de despesas primárias naquele ano (classificadas com o código de Resultado Primário igual a 1 ou 2), apurou-se que o total das despesas pagas, incluindo restos a pagar pagos, totalizou R\$ 4.153.267.586, o que corresponde ao percentual de 93,46% do limite calculado a partir das regras impostas pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (R\$ 4.444.111.382), conforme atestado no Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2020.

Destaca-se ainda que, para fins de adequação da execução ao longo do exercício, foram realizadas alterações orçamentárias sem que houvesse ampliação do montante total autorizado para despesas primárias.

Além disso, em face do reconhecimento do estado de calamidade pública expedido por meio do Decreto Legislativo nº 06/2020 (publicado na Edição Extra do Diário Oficial da União, de 20/03/2020), com efeitos até 31 de dezembro de 2020, e nos termos do artigo 65, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tornou-se dispensada a limitação de empenho no âmbito dos Poderes da União no exercício de 2020.

Outras informações sobre orçamento e finanças do Senado podem ser encontradas no link <https://www12.senado.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/orcamento-e-financas>



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR, LUIZ HENRIQUE DE PAIVA MARQUES



A Coordenação de Contabilidade – CONTAB, de acordo com o art. 218, §2º, inciso V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, integra a estrutura da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade – SAFIN e exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do Senado Federal. O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas desta Casa do Poder Legislativo.

O registro da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial é efetuado mensalmente pela Coordenação de Contabilidade – CONTAB, após a verificação dos demonstrativos contábeis e balancetes, com fundamento nos Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, bem como na Conformidade dos Registros de Gestão, no Plano de Contas da União, no Manual SIAFI e em outros instrumentos que subsidiam o processo de análise. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O contador responsável não exerce quaisquer funções conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, como por exemplo: autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou ainda efetuar a conformidade de registro de gestão, obedecendo assim ao princípio de segregação de função.

As Demonstrações Contábeis do Senado Federal são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, ou seja, o Ativo (bens e direitos) em confronto com o Passivo (Obrigações) e o Patrimônio Líquido (Ativo versus Passivo).
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do órgão no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas.
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas). O valor

apurado, superávit ou déficit, passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

● Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e o Manual SIAFI.

Avanços

Cabe ressaltar que no exercício de 2020 tivemos avanços substanciais na qualidade das informações contábeis do Senado Federal, dentre elas destacamos as seguintes:

● Implementação de novas ferramentas e funcionalidades no Sistema de Suprimento de Fundos – SUPRI resultando em mais controle, agilidade e transparência nas despesas realizadas por esse tipo de modalidade.

● Desenvolvimento e implantação de nova sistemática de controle de saldos contratuais com integração ao Sistema SIAFI evitando assim saldos inconsistentes nas contas de controle.

● Atualização mensal dos saldos que compõe as contas de Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação – DGBM, a partir dos saldos fornecidos pelo Banco do Brasil.

● Melhoria na qualidade dos registros contábeis referente aos créditos administrativos de Longo Prazo, bem como apropriação de receitas pelo regime de competência sobretudo as receitas de concessão de área públicas, além do avanço do fluxo de informações com relação a passivos contingentes.

Declaração

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2020, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Senado Federal.

Brasília/DF, 20 de janeiro de 2021

Luiz Henrique de Paiva Marques

CRC nº SP222053/0-O T-DF

Contador Responsável

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) estão disciplinadas na Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e têm como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as Demonstrações, permitindo a evidenciação, análise e consolidação das contas públicas em âmbito nacional, além de permitir a comparabilidade tanto com as demonstrações de períodos anteriores quanto com as de outras entidades. O assunto também é normatizado pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, e especialmente pela Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. As demais normas legais adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis são a Lei nº 8.666/93, Lei nº 13.707/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019), Lei nº 13.808/2019 (Lei Orçamentária Anual para 2019), Decreto nº 93.872/1986 e Decreto 6.170/2007. Já em relação às normas técnicas, citamos o Manual Técnico de Orçamento – MTO 2019, Portaria SOF nº 1.295/2019, Portaria SEAFI-SOF nº 1.035/2019, Portaria SOF nº 1.144/2019 e demais publicadas pelo Ministério da Economia que visaram disciplinar o processo orçamentário federal naquele exercício.

As demonstrações contábeis exigidas pelas normas aplicáveis ao Senado Federal, acompanhadas das respectivas notas explicativas podem ser acessadas pelo link <https://www12.senado.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/demonstracoes-contabeis>

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.**

_____. Senado Federal. **Manual de identidade visual.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/identidadevisual/>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. Tribunal de Contas da União. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 84, DE 22 DE ABRIL DE 2020** Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente.

_____. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa TCU 187/2020**, dispõe sobre a lista de unidades prestadoras de contas em relação ao exercício de 2020 e sobre regras complementares para o relatório de gestão e outros itens da prestação de contas;

_____. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa TCU 188/2020** : define as unidades prestadoras de contas que terão processo de prestação de contas do exercício de 2020 formalizado para julgamento de contas dos responsáveis e estabelece regras complementares acerca da forma, dos prazos e dos conteúdos das peças de responsabilidade dos órgãos de controle interno e de instâncias supervisoras.

_____. Tribunal de Contas da União. **Guia de elaboração do Relatório de Gestão - 2020.**

_____. Tribunal de Contas da União. **Relatório de gestão na forma de relato integrado:** evolução da prestação de contas. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

LUPTON, Ellen; PHILLIPS, Jennifer Cole. **Novos fundamentos do design.** Tradução de Cristian Borges. São Paulo: Cosac Naify, 2008. 248 p.

PINTEREST. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

COORDENAÇÃO

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

Gabriela Agostinho Borges

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Daniela Pereira Carvalho

PESQUISA, ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO E IMAGENS

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

Alexandre de Lana Silva

Daniela Pereira Carvalho

Georgia Maria de Andrade Eufrazio

REVISÃO DE CONTEÚDO

Consultoria Legislativa

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Secretaria de Gestão de Informação e Documentação

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Secretaria de Editoração e Publicações

CAPÍTULO 1 - CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

CAPÍTULO 2 - RESULTADOS DA GESTÃO

Diretoria-Geral

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

CAPÍTULO 3 - ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

Escritórios Setoriais de Gestão

CAPÍTULO 4 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade

AGRADECIMENTOS

Diretoria-Executiva de Contratações – DIRECON/DGER

Diretoria-Executiva de Gestão – DIREG/DGER

Secretarias – DGER

Ouvidoria

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB